UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PROFIAP)

RAFAEL AUGUSTO PEREIRA LIMA

O ENDIVIDAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA

JUAZEIRO - BA
2025

RAFAEL AUGUSTO PEREIRA LIMA

O ENDIVIDAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Ricardo Duarte

Coorientador: Prof. Dr. Bruno Cezar Silva

JUAZEIRO - BA

2025

LIMA, Rafael Augusto Pereira. **O endividamento dos servidores públicos do Município de Juazeiro/BA**. Dissertação de Mestrado realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Administração Pública (Profiap/Univasf). Juazeiro (BA), 2025.

RESUMO

O presente estudo analisa o endividamento dos servidores públicos do Município de Juazeiro/BA, com foco no uso do crédito consignado, modalidade amplamente utilizada devido às suas taxas de juros reduzidas e facilidade de contratação. A pesquisa busca compreender os padrões de endividamento entre os servidores municipais, identificando fatores determinantes para a sua ocorrência e propondo estratégias para mitigar seus impactos financeiros. O objetivo geral da pesquisa é descrever o nível de endividamento dos servidores da administração direta do município, enquanto os objetivos específicos incluem o mapeamento do perfil de endividamento desses servidores, a proposição de medidas de prevenção e estratégias de gestão financeira e a identificação de políticas públicas voltadas para mitigar o problema financeiro da categoria. Para atingir tais objetivos, foi realizada uma pesquisa quantitativa e descritiva, utilizando dados extraídos do sistema informatizado de gestão de pessoas da Prefeitura de Juazeiro/BA, obtidos via requerimento de acesso à informação. A análise estatística descritiva foi complementada por técnicas de correlação para identificar padrões e associações entre variáveis como faixa salarial, tempo de serviço, idade, nível de escolaridade e lotação funcional. Os resultados indicam que, apesar de a maioria dos servidores manter um nível de endividamento dentro de limites considerados saudáveis (até 30% da renda líquida comprometida com consignações), há uma parcela significativa que ultrapassa esse limite, com um percentual de 17,15% classificados em nível de alerta ou crítico, comprometendo acima de 30% da renda líquida. Além disso, 3,88% dos servidores encontram-se em situação de comprometimento extremo ou superendividamento, onde mais da metade da renda líquida é destinada ao pagamento de empréstimos. A análise revelou que servidores de menor escolaridade e menor renda estão mais vulneráveis ao endividamento excessivo, assim como aqueles com maior tempo de serviço, que frequentemente entram em ciclos de refinanciamento contínuo. Diante desse cenário, a pesquisa recomenda a implementação de programas de educação financeira contínuos, revisões periódicas da margem consignável e criação de mecanismos de renegociação de dívidas para servidores em situação crítica. O estudo conclui que o crédito consignado, embora seja um instrumento financeiro útil, pode levar ao superendividamento se não for utilizado de maneira consciente e planejada. Assim, políticas públicas e estratégias institucionais voltadas à gestão financeira dos servidores municipais são fundamentais para garantir maior equilíbrio financeiro e bem-estar econômico dessa categoria.

Palavras-chave: Endividamento, Crédito Consignado, Servidores Públicos, Educação Financeira, Gestão Financeira.

LIMA, Rafael Augusto Pereira. The indebtedness of public servants in the Municipality of Juazeiro/BA. Master's thesis carried out by the Postgraduate Program in Public Administration (Profiap/Univasf). Juazeiro (BA), 2025.

ABSTRACT

This study analyzes the indebtedness of public servants in the Municipality of Juazeiro/BA, with a focus on payroll loans, a widely used credit modality due to its lower interest rates and ease of access. The research aims to understand the patterns of indebtedness among municipal employees, identifying the determining factors for its occurrence and proposing strategies to mitigate its financial impacts. The general objective of this research is to describe the level of indebtedness among public servants in Juazeiro's municipal administration. The specific objectives include mapping the indebtedness profile of these employees, proposing preventive measures and financial management strategies, and identifying public policies aimed at mitigating financial issues within this group. To achieve these objectives, a quantitative and descriptive research approach was adopted, utilizing data extracted from the municipal personnel management system through a freedom of information request. Descriptive statistical analysis was complemented by correlation techniques to identify patterns and associations between variables such as salary range, length of service, age, educational level, and job placement. The results indicate that while the majority of public servants maintain an indebtedness level within acceptable limits (up to 30% of net income allocated to loan payments), a significant portion exceeds this threshold. Specifically, 17.15% of employees fall into the alert or critical level, committing more than 30% of their net income to payroll loans. Additionally, 3.88% of the analyzed population is classified under extreme commitment or over-indebtedness, with more than half of their net income allocated to loan repayments. The analysis reveals that employees with lower educational levels and lower salaries are more vulnerable to excessive debt, as well as those with longer service tenure, who often engage in continuous refinancing cycles. Given this scenario, the study recommends the implementation of continuous financial education programs, periodic reviews of payroll loan limits, and the establishment of debt renegotiation mechanisms for employees in critical situations. The findings conclude that while payroll loans serve as a useful financial instrument, they can lead to over-indebtedness if not managed consciously and strategically. Thus, the adoption of public policies and institutional strategies aimed at financial management within the municipal administration is essential to ensuring greater financial stability and economic well-being for public servants.

Keywords: Indebtedness, Payroll Loan, Public Servants, Financial Education, Financial Management.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da regulamentação local dos empréstimos consignados.
Tabela 2: Segmentação dos servidores com empréstimo consignado por regime jurídico.
Tabela 3: Faixas de classificação da remuneração disponível antes da dedução do consignado.
Tabela 4: Faixas de classificação da remuneração disponível depois da dedução do consignado.
Tabela 5: Cargos com maior quantitativo de servidores com consignado.
Tabela 6: Comparação do nível do cargo com a classificação de endividamento.
Tabela 7: Comparação da faixa etária com a classificação de endividamento.
Tabela 9: Comparação do tempo de serviço no cargo com a classificação de endividamento.
Tabela 10: Comparação da lotação do servidor com a classificação de endividamento.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Comparativo Percentual dos endividados de risco em cada região do Brasil.
Gráfico 2: Percentual dos servidores de acordo com o comprometimento da renda líquida com consignados.
Gráfico 3: Quantidade de servidores por faixa de remuneração disponível antes e depois dos consignados.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....5

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....8

1.2 OBJETIVOS.....9

1.2.1 Objetivo Geral.....9

1.2.2 Objetivos Específicos.....9

1.3 JUSTIFICATIVA.....10

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....11

2. REFERENCIAL TEÓRICO.....12

2.1 EMPRÉSTIMO CONSIGNADO.....12

2.1.1 Escopo histórico.....12

2.1.2 Aspectos econômicos.....13

2.1.3 Regulamentação no Município de Juazeiro.....15

2.2 ENDIVIDAMENTO E SUPERENDIVIDAMENTO.....17

2.2.1 Conceituação e distinção.....17

2.2.2 Efeitos do superendividamento.....19

2.2.3 Ferramentas para evitar o superendividamento.....21

2.3 ENDIVIDAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO.....23

3. METODOLOGIA.....26

4. ANÁLISE DOS DADOS.....40

5. PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO.....60

5.1 RESUMO.....60

5.2 CONTEXTO E ORGANIZAÇÃO DOS SETORES DA PROPOSTA.....60

5.3 PÚBLICO-ALVO DA PROPOSTA.....62

5.4 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA.....63

5.5 OBJETIVOS DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....64

5.6 DIAGNÓSTICO E ANÁLISE 64
5.7 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO 66
5.7.1 Programa de Capacitação Continuada em Educação Financeira 66
5.7.2 Campanhas de Sensibilização e Comunicação Institucional 67
5.7.3 Elaboração de Material Didático e Informativo Acessível 67
5.7.4 Mapeamento dos Servidores em Situação de Risco e Apoio Especializado 67
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 70
REFERÊNCIAS 73

1. INTRODUÇÃO

O empréstimo consignado é uma modalidade de crédito em que as parcelas são descontadas diretamente na folha de pagamento ou benefício do contratante, o que reduz significativamente o risco de inadimplência. Esta característica traz uma série de vantagens tanto para quem toma o empréstimo quanto para quem o oferece, resultando em taxas de juros geralmente mais baixas.

Essa modalidade é notavelmente acessível a um amplo espectro de beneficiários, incluindo aposentados, pensionistas, funcionários públicos e trabalhadores de empresas conveniadas, oferecendo prazos de pagamento flexíveis que podem adaptar-se às necessidades financeiras do contratante.

Ao longo dos anos, tem se revelado uma peça fundamental no contexto econômico do Brasil, desempenhando um papel crucial na dinâmica financeira do país. Esse tipo de modalidade de crédito, que tem como principal característica o desconto direto em folha de pagamento, não apenas oferece uma alternativa acessível e segura para os consumidores, mas também desempenha um papel estratégico no estímulo ao consumo e no fortalecimento da estabilidade financeira.

Possui, como marco legal, a Lei nº 10.820/2003, que regulamenta a concessão de empréstimos com parcelas dedutíveis da folha de pagamento dos empregados abrangidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), além dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral da Previdência Social.

A implementação de políticas voltadas para o estímulo ao consumo doméstico e ao crescimento econômico no Brasil, notadamente durante o primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, marcou uma significativa transição no modelo econômico do país. Através do fomento à aquisição de bens e serviços, tal modalidade não apenas facilitou o acesso ao crédito para uma ampla faixa da população, mas também contribuiu para o aumento da produção industrial e para a expansão do setor de serviços, gerando empregos e elevando os níveis de renda (SCHUH; CORONEL; BENDER FILHO, 2017).

Um dos aspectos mais notáveis do empréstimo consignado é a sua taxa de juros geralmente mais baixa em comparação com outras formas de crédito pessoal. Essa condição favorável resulta do fato de que o pagamento das parcelas é descontado diretamente do salário ou benefício previdenciário do tomador, reduzindo o risco para as instituições financeiras. Essa

taxa de juros mais baixa não apenas alivia o custo do crédito para os indivíduos, mas também os incentiva a buscar soluções financeiras mais sustentáveis.

No contexto econômico mais amplo, o empréstimo consignado desempenha um papel crucial na injeção de liquidez na economia. Ao oferecer condições atrativas, ele motiva os trabalhadores e beneficiários previdenciários a buscarem crédito para uma variedade de finalidades, como aquisição de bens duráveis, reformas, pagamento de dívidas mais onerosas, entre outros. Esse estímulo ao consumo contribui para movimentar diferentes setores da economia, gerando impactos positivos em áreas como comércio, construção civil e serviços.

Além disso, o empréstimo consignado também atua como um mecanismo de suporte em períodos de instabilidade econômica, fornecendo uma fonte de recursos mais estável para os consumidores. Em momentos de crise, quando outras formas de crédito podem se tornar escassas, a estrutura segura e previsível do empréstimo consignado permite que os indivíduos enfrentem desafios financeiros de forma a evitar a espiral negativa do endividamento descontrolado.

A importância do empréstimo consignado na economia brasileira transcende, assim, a simples oferta de crédito. Ele se configura como um instrumento que promove a estabilidade financeira, incentiva o consumo responsável e contribui para a resiliência econômica dos indivíduos. A contínua expansão e aprimoramento desse modelo de crédito podem desempenhar um papel significativo na promoção do bem-estar financeiro e no impulsionamento do crescimento econômico sustentável no Brasil.

O crédito consignado tornou-se uma das principais formas de acesso ao crédito entre servidores públicos devido às suas condições facilitadas e taxas de juros reduzidas. Entretanto, a facilidade de acesso a essa modalidade de crédito pode contribuir para o endividamento excessivo, comprometendo uma parcela significativa da renda dos servidores. Além disso, TIMOTEO (2018) identificou que os servidores públicos acumulavam dívidas superiores a R$ 180 bilhões em empréstimos consignados, dez vezes mais do que os trabalhadores do setor privado, evidenciando como essa modalidade de crédito é significativamente mais acessível para esse grupo (PEREIRA; SOUZA JR., 2021).

Enquanto o empréstimo consignado se destaca como um instrumento valioso para o acesso ao crédito e o estímulo ao consumo consciente na economia brasileira, é crucial considerar a complexidade das finanças pessoais, especialmente no contexto dos servidores públicos. Ainda que o crédito consignado ofereça vantagens significativas, é importante

reconhecer que a má gestão financeira e o superendividamento podem afetar negativamente a vida desses profissionais, apresentando desafios que merecem uma análise mais aprofundada.

Leão (2016) relacionou o endividamento financeiro e a adesão ao empréstimo consignado por parte dos servidores públicos federais. Em seu estudo, apontou que as despesas cotidianas, somadas às contratações recorrentes de empréstimos consignados, podem contribuir negativamente para o desequilíbrio do orçamento doméstico, afetando o bem-estar psíquico, pessoal e social dos servidores.

O estudo cita Mandel e outros autores para argumentar que o consumo, incentivado pela publicidade e pela disponibilidade de crédito, pode levar a um desequilíbrio financeiro, afetando negativamente a vida das famílias. A pesquisa também evidencia que, apesar da estabilidade empregatícia, os servidores públicos federais enfrentam dificuldades financeiras, com salários corroídos pela inflação e aumentos insuficientes para cobrir as despesas, resultando em um cenário de endividamento.

No mesmo sentido, Prado (2022), apresenta uma análise detalhada sobre a relação entre o endividamento dos servidores ativos da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e as características macroeconômicas, sociodemográficas, atitude ao endividamento e conhecimento financeiro. A pesquisa aponta para um aumento significativo na adesão ao empréstimo consignado entre os servidores públicos, o que é corroborado pela facilidade de acesso a essa modalidade de crédito devido à estabilidade de emprego e previsibilidade de renda dos servidores.

O setor público é reconhecido como um ambiente de trabalho estável, mas as demandas financeiras pessoais enfrentadas pelos servidores, muitas vezes, ultrapassam suas capacidades de pagamento. O superendividamento, caracterizado pelo acúmulo excessivo de dívidas que os indivíduos não conseguem quitar, pode resultar em sérios efeitos colaterais, como estresse financeiro, comprometimento da saúde mental, queda na produtividade no trabalho e, em casos extremos, impactos sobre a eficiência do próprio serviço público.

O superendividamento entre servidores públicos tornou-se uma preocupação crescente nas últimas décadas, apresentando desafios significativos para a estabilidade financeira e bem-estar desses profissionais. Este projeto de pesquisa irá aprofundar a compreensão desse fenômeno complexo, identificar suas causas subjacentes e desenvolver estratégias eficazes para mitigar os impactos negativos no contexto dos servidores públicos.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Segundo dados disponibilizados pelo Departamento de Estatística do Banco Central do Brasil, em setembro de 2023 o saldo devedor do crédito pessoal consignado para servidores públicos ultrapassou a casa dos 340 milhões de Reais, um aumento de 8,5% (oito vírgula cinco por cento) em comparação ao mesmo mês de 2022.

Souza (2024) argumenta que o crescimento na adesão ao crédito consignado por parte dos servidores públicos federais está ligado à política de arrocho salarial implementada pelo governo, além da falta de conhecimento em finanças pessoais. No Brasil, o funcionalismo público federal tem experimentado um período prolongado de contenção salarial, com raras exceções.

A título de exemplo, a carreira dos Técnicos Administrativos Educacionais estava sem reajuste desde janeiro de 2017, quando foi implementada a última parcela decorrente do acordo firmado com o Governo Federal durante a greve de 2015. Segundo o Lobão (2021), as perdas salariais na carreira do PCCTAE de 01/07/2010 a 31/12/2021 chegam a 52,5%.

Só até setembro de 2023 foram liberados 72 milhões de reais em consignações para servidores públicos. A mesma base de dados demonstra que a taxa de inadimplência do crédito consignado para servidores públicos foi de apenas 2,2% (dois vírgula dois por cento) em julho de 2023, com uma taxa de juros ao ano de 25% (vinte e cinco por cento).

Os dados disponibilizados pelo referido departamento demonstram que, no ano de 2023, as famílias brasileiras comprometeram em média 25,7% (vinte e cinco vírgula sete por cento) da sua renda líquida com amortização de dívidas.

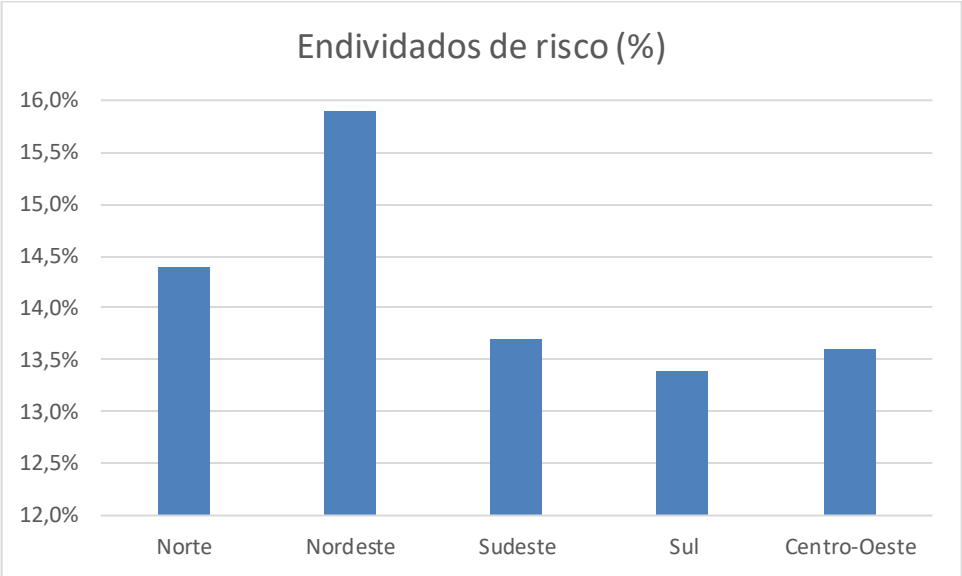
De acordo com o Banco Central do Brasil (2023), em março de 2023 havia 106 (cento e seis) milhões de tomadores de crédito e cerca de 15 (quinze) milhões de endividados de risco no Brasil. O estudo considera que um cidadão é endividado de risco quando atende simultaneamente a dois ou mais dos seguintes critérios: inadimplência, comprometimento da renda mensal com o pagamento de dívidas acima de 50%, exposição simultânea a cheque especial, crédito pessoal sem consignação e crédito rotativo, e renda disponível após o pagamento das dívidas abaixo da linha de pobreza, no seguinte sentido:

> Limite da pobreza – seguindo metodologia do Banco Mundial, passou a ser considerado o limite de USD6,85 per capita por dia para países de renda média como o Brasil. Utilizando-se a paridade do poder de compra, estabeleceu-se o limite mensal de R$587, calculado em dezembro de 2021. Esse limite foi corrigido pelo IPCA para os demais trimestres, atingindo, em dezembro de 2022 e em março de 2023, os valores de R$616,73 e R$629,64, respectivamente (BCB, 2023, p. 10).

O Gráfico 1 representa um comparativo percentual dos endividados de risco em cada região do Brasil. O Nordeste apresentou, proporcionalmente, o maior percentual de

superendividados (15,9%), onde 27% (vinte e sete por cento) dos tomadores comprometem mais de 50% (cinquenta por cento) da sua renda e cerca de 14% (quatorze por cento) dos tomadores possui renda disponível abaixo do limite da pobreza.

Gráfico 1: Comparativo Percentual dos endividados de risco em cada região do Brasil.



Fonte: Elaboração Própria (2025)

O mesmo estudo do BCB evidencia que, no âmbito dos bancos com carteira comercial, os empréstimos consignados correspondem a 30% (trinta por cento) da carteira de crédito dos endividados de risco. Já para os tomadores não considerados como superendividados, o crédito consignado diz respeito a apenas 16,8% (dezesseis vírgula oito por cento) da carteira.

Nesse contexto, o presente estudo tem como problema de pesquisa: Qual o nível de endividamento do servidor público da administração direta do Município de Juazeiro/BA?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Descrever o nível de endividamento dos servidores públicos da administração direta do Município de Juazeiro/BA.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Mapear o perfil de endividamento do servidor do Município de Juazeiro/BA;
- Propor medidas de prevenção e estratégias de gestão financeira para controle do endividamento;
- Identificar políticas públicas e/ou práticas adotadas pela Prefeitura de Juazeiro (BA) para mitigar o problema financeiro dos seus servidores;

1.3 JUSTIFICATIVA

O empréstimo consignado tem sido uma ferramenta financeira amplamente utilizada devido às suas vantagens aparentes, como taxas de juros mais baixas e a facilidade de pagamento através de descontos diretos em folha. No entanto, apesar dessas vantagens, essa modalidade de empréstimo pode levar ao superendividamento, especialmente entre os servidores públicos.

Um dos principais fatores que contribuem para o superendividamento é a facilidade de acesso ao crédito consignado. Essa facilidade se deve ao fato de que, para as instituições financeiras, o emprego público é visto como sinônimo de renda garantida, o que implica um menor risco para o credor. Assim, essa percepção de estabilidade e segurança no emprego público faz com que servidores sejam considerados de baixo risco pelos bancos e outras instituições financeiras, facilitando a aprovação de empréstimos (FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2013).

Muitos servidores públicos, apesar de sua estabilidade de emprego, podem não ter o conhecimento necessário para gerenciar suas finanças adequadamente. Nesse sentido, apesar de ser uma alternativa atrativa, a contratação de empréstimos sem o devido planejamento pode levar a fortes impactos na vida do servidor. A facilidade no acesso ao crédito consignado e a falta de educação financeira são fatores cruciais que contribuem para o superendividamento (SILVA; MACEDO, 2021).

Claudino *et al*. (2009) explicam que a educação financeira é fundamental para reduzir o superendividamento, pois ela permite que os indivíduos consumam produtos e serviços financeiros de forma adequada, reduzindo o descumprimento de obrigações com terceiros. Artifon e Piva (2013) sustentam que fatores como descontrole financeiro e endividamento não estão necessariamente ligados à renda mensal de uma pessoa. Em vez disso, esses problemas são mais um reflexo das pressões exercidas pela sociedade de consumo.

O superendividamento tem consequências significativas não apenas para a saúde financeira do indivíduo, mas também para sua saúde mental e bem-estar geral. Souza (2015) ressalta que o desequilíbrio financeiro dos funcionários tem um impacto direto em sua qualidade de vida, produtividade e desempenho no trabalho, podendo escalar para afetar o desempenho de um órgão ou segmento inteiro.

Nessa conjuntura, no ano de 2022 o Município de Juazeiro começou a ser demandado na justiça pelos seus servidores que buscavam medida judicial para limitar o desconto dos

consignados, havendo relato de caso em que autores estavam com mais de 90% da remuneração comprometida.

Assim, o presente trabalho contribui para o desenvolvimento teórico do tema, bem como pretende apresentar meios administrativos para a sua resolução. Tais informações podem subsidiar a atuação não apenas da administração do Município de Juazeiro, mas também dos Entes com realidade semelhante, ajudando no planejamento e desenvolvimento das ações e políticas públicas locais.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

A presente pesquisa está dividida em quatro capítulos, sendo que o primeiro diz respeito à introdução. O segundo trata do referencial teórico, onde será feito um estudo referente ao empréstimo consignado, tratando da sua evolução histórica e aspectos econômicos, além de abordar o endividamento dos servidores e seus efeitos. O terceiro capítulo contém a metodologia utilizada. Cabendo ao quarto capítulo apresentar a análise e discussão dos dados cabendo ao quinto capítulo tecer as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

2.1.1 Escopo histórico

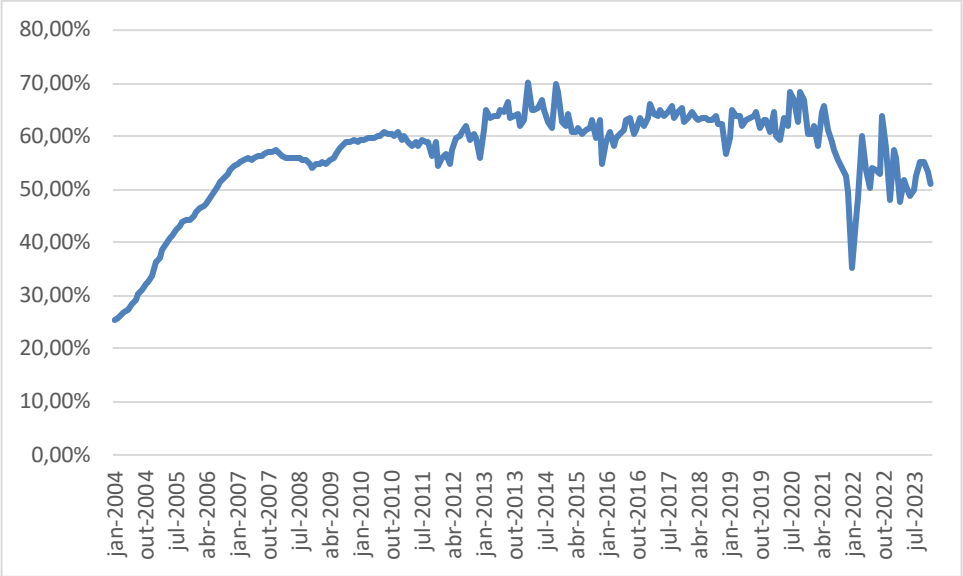
O crédito consignado no Brasil iniciou como uma modalidade de empréstimo destinada principalmente a servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS, caracterizando-se pelo desconto direto das parcelas no salário ou benefício do tomador de crédito. A facilidade de acesso e a segurança para os credores, dada a menor probabilidade de inadimplência, tornaram essa modalidade popular ao longo dos anos.

De acordo com Leão, Fernendes e Martins (2016), a primeira regulamentação da consignação no Brasil remete ao Decreto-Lei nº 9.790, de 1946, que buscou facilitar a gestão e o pagamento de dívidas de empréstimos para servidores públicos, permitindo descontos diretos em seus salários e garantindo a continuidade desses descontos mesmo se o servidor mudar de emprego dentro do setor público. Além disso, oferecia um mecanismo de proteção para casos em que o servidor enfrenta uma redução salarial, permitindo a revisão das condições do empréstimo.

A grande virada ocorreu no início dos anos 2000, quando novas regulamentações foram introduzidas, ampliando significativamente o acesso ao crédito consignado para além dos funcionários públicos, alcançando aposentados e pensionistas do INSS e, posteriormente, trabalhadores do setor privado. A Lei nº 10.820, de 2003, foi um marco regulatório importante, estabelecendo regras claras para a concessão e o limite de comprometimento de renda, o que contribuiu para a expansão e a segurança dessa modalidade de crédito.

O Gráfico 2 mostra a evolução dos empréstimos consignados em relação ao total de crédito disponibilizado às pessoas físicas, de janeiro de 2004 até dezembro de 2023. Houve um aumento constante de janeiro de 2004, começando abaixo de 20%, até um pico de aproximadamente 70% por volta de 2011. Após esse pico, a tendência se estabiliza com algumas flutuações, mantendo-se predominantemente acima de 50%. Durante a pandemia de COVID-19 houve uma ligeira tendência de declínio, seguida de uma queda mais acentuada no início de 2023. O padrão de flutuação sugere uma possível correlação com eventos econômicos ou mudanças de política que afetam a disposição ou capacidade das pessoas de obter crédito pessoal ou consignado.

Gráfico 2: Comparativo Percentual do Crédito Pessoal x Crédito Consignado.



Fonte: Elaboração Própria (2025)

A evolução do crédito consignado no Brasil é um reflexo das transformações econômicas e sociais pelas quais o país passou. Atualmente, essa modalidade de crédito representa uma importante ferramenta de inclusão financeira, possibilitando o acesso ao crédito para camadas da população que tradicionalmente têm menos acesso a serviços financeiros. Sua regulamentação e expansão são testemunhos da busca por um equilíbrio entre oferecer crédito acessível e manter a sustentabilidade do sistema financeiro.

2.1.2 Aspectos econômicos

O crédito é um mecanismo econômico-financeiro que consiste na transferência temporária de recursos (monetários ou de bens) de um agente econômico (credor) para outro (devedor), sob condições pactuadas de retorno, geralmente acrescido de juros. Essa transação baseia-se em relações de confiança e expectativas de solvência, mediadas por contratos legais ou acordos institucionais, e desempenha papel central na alocação de capital, na dinamização do consumo e no financiamento de investimentos produtivos (MISHKIN, 2011; STIGLITZ e WEISS, 1981).

Do ponto de vista macroeconômico, o crédito atua como facilitador de liquidez, permitindo que indivíduos e empresas antecipem consumo ou produção, ampliando o ciclo econômico. Sua oferta está intrinsicamente ligada a variáveis como taxas de juros, avaliação de risco e políticas regulatórias (REINHART e ROGOFF, 2009).

Na teoria econômica, o crédito possui uma função dupla. No âmbito microeconômico, ele atua reduzindo as assimetrias de informação entre poupadores e tomadores de recursos, otimizando a distribuição de capital, conforme destacado por Akerlof (1970). Já na esfera

macroeconômica, o crédito estimula o crescimento por meio do efeito multiplicador keynesiano, embora seu excesso possa gerar instabilidades sistêmicas, como alertado por Minsky (2011) em sua hipótese de fragilidade financeira, que relaciona a expansão descontrolada do crédito a crises econômicas estruturais.

O crédito desempenha um papel crucial no mercado financeiro, agindo como um motor que aquece e movimenta a economia de um país. De acordo com O Banco Central do Brasil (2025), em dezembro de 2024 o saldo do crédito ao setor não financeiro atingiu R$18,4 trilhões (156,1% do PIB), registrando um crescimento de 13,9% em relação a dezembro de 2023. No mesmo período, o crédito destinado às famílias totalizou R$4,2 trilhões (35,5% do PIB) em 2024, com uma expansão de 10,6%, refletindo um aumento de 12,1%.

Ao ampliar o acesso a recursos financeiros, ele estimula o consumo das famílias, permitindo a antecipação de demandas (como compra de bens duráveis), o que, por sua vez, incentiva o setor produtivo a aumentar sua capacidade de produção (STIGLITZ e WEISS, 1981).

No entanto, o impacto positivo depende de condições estruturais, como regulação adequada e taxas de juros alinhadas à produtividade. Reinhart e Rogoff (2009) alertam que crédito excessivo, sem lastro em capacidade produtiva, pode levar a bolhas de endividamento e crises, como observado na crise de 2008.

Nesse contexto, de acordo com Galeano e Feijó (2016), a distribuição do crédito no Brasil tem mostrado um desequilíbrio regional significativo, impactando diretamente o PIB e a produtividade do trabalho nas diversas regiões. O crédito consignado, por sua natureza acessível e condições favoráveis, pode ajudar a mitigar essa desigualdade, oferecendo oportunidades de financiamento mais equitativas.

Especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde o crédito é historicamente mais escasso, o consignado pode funcionar como um importante veículo de desenvolvimento econômico, de forma semelhante ao observado por Höher, Souza e Fochezatto (2020) em sua análise da distribuição espacial do crédito rural no Rio Grande do Sul e seu impacto no PIB local.

Ademais, o crédito consignado pode desempenhar um papel crucial no bem-estar social, ao proporcionar uma linha de crédito mais segura e acessível para a população, especialmente para funcionários públicos e pensionistas. Isso não só facilita o gerenciamento de finanças pessoais em períodos de aperto, mas também estimula a circulação de dinheiro na economia, fomentando assim o crescimento econômico.

A literatura econômica destaca a relação entre o crédito e o crescimento econômico. Por exemplo, o estudo de Renzi *et al.* (2022) sobre o crescimento econômico nos municípios do Paraná, Brasil, utiliza econometria espacial para mostrar como variáveis ligadas à educação, saúde e distribuição de renda, interligadas ao crédito, influenciam positivamente o crescimento econômico. Da mesma forma, Véras (2023) discute o impacto da pandemia de COVID-19 e a consequente expansão do crédito como medidas de estímulo econômico na China, sublinhando a importância do crédito para sustentar o crescimento econômico em tempos de crise.

A relação entre o crédito e o crescimento econômico é complexa e multifacetada. No Brasil, a expansão do crédito consignado tem o potencial de aumentar a liquidez no mercado, incentivando o consumo e investimentos. Isso é especialmente relevante para micro e pequenas empresas, que muitas vezes enfrentam dificuldades para acessar financiamentos tradicionais. A acessibilidade do crédito consignado, portanto, pode impulsionar o empreendedorismo e a inovação, componentes essenciais para o desenvolvimento econômico sustentável do país.

2.1.3 Regulamentação no Município de Juazeiro

A regulamentação dos consignados no Município de Juazeiro passou por diversas atualizações ao longo dos anos, refletindo mudanças na política de gestão de crédito dos servidores municipais e preocupações crescentes com o endividamento da categoria. A análise dos decretos municipais evidencia a progressiva adaptação das regras às necessidades dos servidores e às exigências do mercado financeiro.

O primeiro marco regulatório relevante foi o Decreto nº 382/2010, que estabeleceu a estrutura inicial das consignações em folha de pagamento. Ele diferenciou as consignações compulsórias (como contribuições previdenciárias e imposto de renda) das facultativas, incluindo amortização de empréstimos, contribuições para planos de saúde e previdência complementar. Esse decreto permitiu o uso do crédito consignado para pagamento de compras parceladas em instituições conveniadas e introduziu um limite máximo de consignação de 70% da remuneração bruta do servidor, sendo 30% para empréstimos e financiamentos e 10% para amortização de cartão de crédito consignado.

Em 2012, com o Decreto nº 065/2012, houve uma revisão desse limite, reduzindo o percentual de consignação e estabelecendo um prazo máximo de 60 meses para quitação de empréstimos consignados. Esse decreto manteve as regras para antecipação e refinanciamento das dívidas, exigindo que a recomposição da margem consignável ocorresse em até 24 horas após a quitação antecipada do contrato.

Já em 2017, o Decreto nº 751/2017 promoveu alterações mais significativas. Ele ampliou o prazo máximo para pagamento dos consignados para 120 meses, flexibilizando o acesso ao crédito e permitindo refinanciamentos com mais facilidade. Além disso, aprimorou os procedimentos de liquidação antecipada e de transferência de contratos entre instituições consignatárias, garantindo que a margem fosse liberada rapidamente após a quitação. Esse decreto revogou expressamente o de 2012, consolidando uma nova fase da política de crédito consignado no município.

Com a chegada da pandemia da COVID-19, em 2021, a administração municipal editou dois novos decretos que trouxeram medidas emergenciais. O Decreto nº 1.086/2021 reafirmou as regras básicas de consignação e manteve o limite máximo permitido, enquanto o Decreto nº 1.358/2021 promoveu um aumento temporário da margem consignável. Essa medida foi adotada para permitir que servidores tivessem maior acesso ao crédito durante a crise sanitária, embora tenha sido estabelecido caráter transitório para essa ampliação.

Por fim, em 2023, o Decreto nº 741/2023 revogou formalmente o de 2021 e trouxe novas diretrizes para o sistema de consignações. Entre as principais mudanças, fixou um novo limite máximo de consignação em 60% da remuneração líquida, dividido da seguinte forma:

- 30% para amortização de empréstimos e financiamentos;
- 10% para cartão de crédito consignado;
- 20% para contribuições sindicais, assistenciais e planos de saúde.

Além disso, esse decreto reforçou a necessidade de proteção contra o superendividamento, autorizando o Secretário de Gestão de Pessoas a suspender novas consignações caso fosse detectado um número excessivo de servidores comprometendo sua renda com empréstimos. Também determinou que os agentes políticos, além dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, podem acessar o crédito consignado, mas não permitiu a concessão de consignações para servidores comissionados ou temporários.

A seguir, apresenta-se uma síntese dos principais decretos municipais que regulamentaram as consignações em folha de pagamento no Município de Juazeiro, destacando seus respectivos anos de edição e os aspectos mais relevantes de cada norma:

Tabela 1: Evolução da regulamentação local dos empréstimos consignados.

Decreto nº	Ano	Assunto
382	2010	Estrutura inicial das consignações em folha; limite de 70% da remuneração bruta.
065	2012	Redução do limite de consignação; prazo máximo de 60 meses.
751	2017	Ampliação do prazo para 120 meses; flexibilização do crédito.
1.086	2021	Reafirmação das regras básicas de consignação durante a pandemia.
1.358	2021	Aumento temporário da margem consignável como medida emergencial da pandemia.

741	2023	Novo limite de 60% da remuneração líquida; regras contra superendividamento.

Fonte: Elaboração Própria (2025)

A análise desses decretos demonstra uma trajetória de ajustes e aprimoramentos na regulamentação do crédito consignado em Juazeiro. Enquanto os primeiros decretos priorizavam a estruturação do sistema e a ampliação da margem de consignação, os mais recentes passaram a adotar um viés mais restritivo, com foco na prevenção do superendividamento e na garantia da sustentabilidade financeira dos servidores municipais.

2.2 ENDIVIDAMENTO E SUPERENDIVIDAMENTO

2.2.1 Conceituação e distinção

O endividamento e superendividamento são temas cruciais na economia moderna, afetando não apenas indivíduos, mas também famílias e a sociedade em geral. O endividamento pode ser entendido como a condição financeira na qual um indivíduo ou entidade deve dinheiro a outra parte. Fernandes e Bassetto (2023) explicam que quando bem gerido, pode ser uma ferramenta financeira útil.

Carvalho, Sousa e Fuentes (2017), definem o endividamento como um fenômeno complexo e multicausal, resultante da interação entre fatores individuais (como decisões de consumo, impulsividade, falta de planejamento financeiro e características psicológicas) e fatores externos (como políticas econômicas, acesso fácil ao crédito, juros elevados e conjuntura socioeconômica). Ele se manifesta por meio do acúmulo de dívidas, contas, gastos e obrigações financeiras, que, por sua vez, geram impactos emocionais negativos, como ansiedade, estresse, medo e sensação de descontrole.

No entanto, quando o endividamento excede a capacidade de pagamento do devedor, entra-se no estado de superendividamento, uma condição que compromete severamente a qualidade de vida do indivíduo, limitando sua capacidade de cumprir com as necessidades básicas e gerando estresse significativo.

Nesse sentido, Claudia Lima Marques (2006, p. 256, apud BOLADE, 2012, p. 184) caracteriza o superendividamento pela incapacidade total do indivíduo (pessoa física, consumidor leigo e de boa-fé) de quitar suas dívidas de consumo atuais e futuras dentro de um prazo viável, considerando sua renda e patrimônio disponíveis. Essa definição exclui débitos com o Fisco, decorrentes de crimes ou obrigações alimentícias.

De acordo com o BC (2020a, p. 25), superendividamento é o resultado de um processo no qual indivíduos e famílias se encontram em dificuldade de pagar suas dívidas a ponto de afetar de maneira relevante e duradoura seu padrão de vida.

Brasil (2023) relata que 78,5% das famílias brasileiras possuíam dívidas a vencer, destacando a prevalência do endividamento no Brasil. Essa estatística sublinha a magnitude do problema, evidenciando como um número significativo de famílias enfrenta dificuldades financeiras, muitas das quais podem estar caminhando para o superendividamento.

Esses estudos reforçam a necessidade de um olhar mais atento ao superendividamento no Brasil, considerando suas implicações não apenas econômicas, mas também psicológicas e sociais. A Lei nº 14.181/2021, conhecida como Lei do Superendividamento, representa um avanço ao buscar um equilíbrio entre a proteção ao consumidor e a viabilidade econômica do crédito.

Gregório e Teixeira (2023) explicam que a Lei nº 14.181/2021, conhecida como Lei do Superendividamento no Brasil, visa regular essa questão, fornecendo mecanismos para a renegociação de dívidas e tentando prevenir o superendividamento por meio da educação financeira e outras medidas. Train *et al*. (2023) aduzem que este ato legislativo reflete a crescente preocupação com as ramificações econômicas, sociais e psicológicas do superendividamento, enfatizando a importância de soluções jurídicas e educacionais integradas para abordar essa questão.

Outros estudos destacam como o superendividamento pode ser exacerbado por produtos financeiros específicos, como o empréstimo consignado. Vilella *et al*. (2023) destacam que, apesar de suas taxas de juros relativamente mais baixas, pode levar ao superendividamento devido ao seu fácil acesso e à falta de compreensão financeira por parte dos consumidores. Ferreira, Andrade Junior e Piva (2023) sugerem a aplicação de estratégias semelhantes ao Profut, uma iniciativa para reestruturar as dívidas dos clubes de futebol no Brasil, que poderiam ser consideradas para indivíduos superendividados, apontando para a necessidade de abordagens políticas multifacetadas para tratar do superendividamento.

As estatísticas recentes e as legislações específicas, como a Lei do Superendividamento, ilustram vividamente a complexidade e a urgência de abordar os desafios apresentados pelo endividamento e superendividamento na sociedade contemporânea. A prevalência de altas taxas de endividamento entre as famílias brasileiras não é apenas um indicativo da condição econômica atual, mas também um reflexo das profundas implicações

sociais que o superendividamento pode gerar. Estes problemas exigem uma abordagem multidimensional que inclua políticas públicas eficazes, programas de educação financeira robustos e soluções jurídicas inovadoras, visando a prevenção e o manejo adequados do endividamento.

2.2.2 Efeitos do superendividamento

O superendividamento, uma situação financeira avassaladora que afeta indivíduos incapazes de cumprir com suas obrigações de dívida, tem implicações profundas não só para os devedores, mas também para a sociedade em geral. O superendividamento afeta profundamente não apenas a saúde financeira dos indivíduos, mas também tem repercussões significativas na saúde mental, na produtividade, e nas relações familiares e profissionais.

O estresse e a ansiedade decorrentes da incapacidade de cumprir com as obrigações financeiras podem levar a um estado de saúde mental debilitado, afetando não só o indivíduo, mas também seu entorno familiar e profissional. A introdução da educação financeira nas escolas é uma medida preventiva essencial, proporcionando às novas gerações as ferramentas necessárias para gerir suas finanças de forma responsável. Vais e Carvalho (2023) citam projetos como "Aprendendo a lidar com dinheiro", desenvolvido no Estado do Mato Grosso, que mostraram bons resultados, enfatizando a importância da educação financeira desde cedo.

As famílias também são profundamente impactadas. A incapacidade de gerir dívidas pode desestabilizar a harmonia familiar, comprometendo a qualidade de vida de todos os envolvidos. A Lei nº 14.181/2021 surge como um marco na tentativa de endereçar esses problemas, buscando não apenas prevenir o superendividamento mas também tratar os casos existentes de forma a reintegrar os consumidores na sociedade e na economia, como tratado por Gonçalves e Pereira (2022) e Train *et al*. (2023).

No ambiente de trabalho, a pressão financeira decorrente do superendividamento pode levar a um aumento do estresse e redução da produtividade, afetando negativamente tanto os indivíduos quanto as organizações para as quais trabalham. Souza *et al*. (2023) destacam que a educação financeira emerge como um pilar fundamental para combater esse fenômeno, promovendo hábitos de consumo mais conscientes e prevenindo a acumulação de dívidas insustentáveis.

Na esfera econômica, o superendividamento reduz o poder de compra, afeta a demanda por bens e serviços e, por conseguinte, o crescimento econômico. Silva e Silva, Rodrigues e Rego (2023) apontam que a recuperação de consumidores superendividados não beneficia

apenas os indivíduos, mas tem um efeito positivo na economia como um todo, promovendo um mercado de crédito mais saudável e sustentável.

O superendividamento está fortemente associado a transtornos de saúde mental, como ansiedade generalizada, depressão e estresse crônico. Brown *et al.* (2005), em estudo longitudinal com chefes de família no Reino Unido, identificaram que indivíduos com dívidas não hipotecárias apresentaram redução significativa no bem-estar psicológico, medido pelo questionário GHQ-12. A probabilidade de relatar saúde mental ideal foi 6,25% menor entre endividados, com efeitos mais pronunciados em dívidas individuais (e não familiares) e em crédito não garantido, como cartões e empréstimos pessoais. Além disso, a pressão financeira mostrou-se mais impactante que variáveis como desemprego ou baixa renda, destacando a especificidade do endividamento como fator de risco (Brown *et al.*, 2005).

Essa relação ganha nuances quando analisada sob critérios diagnósticos clínicos. Meltzer *et al.* (2012), em pesquisa representativa com 7.461 adultos na Inglaterra, constataram que endividados tinham três vezes mais chances de desenvolver transtornos mentais comuns (TMC) – como depressão, fobias e transtorno de pânico – em comparação com não endividados. O risco aumentava exponencialmente com a pluralidade de dívidas: indivíduos com três ou mais fontes de inadimplência (como atrasos em contas de água, luz, aluguel e cartões) apresentavam prevalência de TMC de 54,3%, contra 13,9% na população sem dívidas. Dívidas em serviços essenciais (gás, eletricidade) e empréstimos de agiotas ou casas de penhor elevaram ainda mais o risco, com 57,5% dos que recorriam a agiotas relatando transtornos mentais (Meltzer *et al.*, 2012).

Uma revisão sistemática e meta-análise conduzida por Richardson *et al.* (2013) reforça essa associação, indicando que pessoas com dívidas não garantidas possuem um risco 3,24 vezes maior de desenvolver transtornos mentais. O estudo analisou 65 pesquisas sobre o tema e identificou que o endividamento está ligado não apenas à depressão (com uma razão de chances de 2,77), mas também a taxas elevadas de suicídio (OR = 7,9), abuso de substâncias (OR = 8,57 para dependência de drogas e OR = 2,68 para consumo problemático de álcool) e transtornos psicóticos (OR = 4,03). Esses achados sugerem que o endividamento pode atuar como um fator de risco significativo para o agravamento de diversas condições psiquiátricas, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas para a mitigação dos impactos da inadimplência sobre a saúde mental (Richardson *et al.*, 2013).

No contexto brasileiro, estudos indicam que o superendividamento não afeta apenas a estabilidade financeira dos consumidores, mas tem um impacto profundo na qualidade de vida

e na saúde mental. Vieira, Kilimnik e Santos Neto (2016) analisaram a relação entre endividamento e qualidade de vida no trabalho e identificaram que indivíduos endividados relatam maiores níveis de estresse, desmotivação e queda na produtividade. Apesar de não haver uma relação direta entre endividamento e satisfação no trabalho, foi possível constatar que a preocupação com dívidas leva a dificuldades de concentração e aumento do absenteísmo.

Além disso, Bolade (2012) argumenta que o superendividamento tem consequências sociais severas no Brasil, atingindo não apenas o devedor, mas sua família e a comunidade em geral. O autor destaca que a ausência de políticas públicas eficazes para lidar com esse problema agrava a vulnerabilidade dos consumidores, especialmente aqueles de baixa renda, que frequentemente recorrem a linhas de crédito predatórias. O estudo aponta que, em muitos casos, o endividamento excessivo está associado a práticas abusivas de instituições financeiras, que concedem crédito sem considerar a capacidade real de pagamento do consumidor.

O papel dos mecanismos de solução de conflitos, como a conciliação, é crucial na abordagem ao superendividamento, proporcionando uma alternativa para a resolução de disputas de maneira menos adversarial e mais construtiva. Gregório e Teixeira (2023) destacam que a Lei do Superendividamento prevê a utilização desses mecanismos para facilitar acordos entre devedores e credores, ressaltando a importância de uma abordagem mais humana e menos punitiva para o problema do superendividamento.

2.2.3 Ferramentas para evitar o superendividamento

A Lei do Superendividamento reconhece que a educação financeira é a base para decisões sustentáveis, especialmente em um contexto em que o crédito consignado é amplamente acessível. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2005), a educação financeira é um processo que permite aos consumidores ampliarem sua compreensão sobre produtos e conceitos financeiros.

Por meio de informações claras, instruções e orientações objetivas, os indivíduos desenvolvem habilidades para identificar riscos e oportunidades, tomar decisões conscientes, buscar auxílio quando necessário e adotar medidas que garantam sua proteção e bem-estar econômico. Essa perspectiva reforça que a educação financeira não se limita a evitar dívidas, mas também promove segurança econômica e qualidade de vida.

A OCDE define a educação financeira como um processo que capacita indivíduos a compreender produtos financeiros, avaliar riscos e oportunidades e tomar decisões alinhadas ao seu bem-estar econômico (OECD, 2005). Essa perspectiva ressalta a importância de uma

abordagem que vá além da transmissão de conceitos matemáticos, incluindo a construção de habilidades críticas e comportamentos financeiros sustentáveis. No caso dos servidores públicos, essa formação se torna ainda mais relevante, pois a estabilidade de renda pode mascarar riscos de endividamento excessivo.

Evidências empíricas corroboram a eficácia dessas estratégias. Leão, Fernandes e Martins (2016), em estudo com servidores federais de Pernambuco, identificaram que aqueles que participaram de programas de educação financeira reduziram em 40% o número de empréstimos consignados contratados em dois anos. Além disso, 68% dos participantes relataram maior capacidade de poupar e evitar dívidas desnecessárias. Esses dados demonstram que a educação financeira não apenas mitiga riscos, mas também fortalece a autonomia e a resiliência econômica.

A literatura demonstra que a falta de educação financeira está diretamente associada ao superendividamento. Segundo Carvalho (2023), a ausência de programas eficazes de educação financeira no Brasil contribui para o crescente índice de endividamento da população, pois muitos consumidores não possuem o conhecimento necessário para tomar decisões informadas sobre crédito e consumo. O estudo reforça que políticas públicas eficazes nesse sentido poderiam evitar o superendividamento antes que ele se concretize, proporcionando maior autonomia e segurança financeira aos consumidores.

Além disso, Domingos (2022) aponta que a metodologia DSOP (Diagnosticar, Sonhar, Orçar e Poupar) pode ser uma ferramenta eficaz para o planejamento financeiro, pois permite que os indivíduos tenham uma visão mais clara de sua realidade econômica, estabeleçam metas e criem hábitos sustentáveis de consumo. O autor destaca que a adoção dessa metodologia reduz o risco de endividamento excessivo e contribui para o equilíbrio financeiro das famílias brasileiras.

A relação entre o nível de alfabetização financeira e o endividamento também foi explorada por Disney e Gathergood (2013), que concluíram que indivíduos com baixo nível de conhecimento financeiro são mais propensos a recorrer a produtos de crédito de alto custo, como cartões de loja e empréstimos com juros elevados. Os autores mostram que consumidores com dificuldades em compreender conceitos como taxas de juros compostos e custos de empréstimos acabam assumindo dívidas mais onerosas, o que aumenta significativamente o risco de inadimplência.

Outro fator relevante é a relação entre autocontrole e endividamento. De acordo com Gathergood (2011), a falta de autocontrole é um fator determinante para o superendividamento, pois consumidores que apresentam dificuldades em planejar seus gastos tendem a recorrer

frequentemente ao crédito de maneira irresponsável. A pesquisa evidenciou que indivíduos com menor disciplina financeira são mais propensos a utilizar crédito rápido e de alto custo, aumentando sua vulnerabilidade ao endividamento excessivo.

O estudo de Lusardi e Mitchell (2014) também reforça a importância da educação financeira como ferramenta para melhorar os resultados econômicos dos indivíduos. Os autores analisaram o impacto da alfabetização financeira na tomada de decisões financeiras e identificaram que indivíduos com maior conhecimento econômico apresentam menor propensão ao endividamento excessivo e melhor capacidade de planejamento para o futuro.

Portanto, as pesquisas analisadas demonstram que a educação financeira desempenha um papel central na prevenção do superendividamento. Estratégias que envolvem programas educativos, metodologias de planejamento financeiro e o desenvolvimento de habilidades comportamentais são essenciais para capacitar os consumidores a tomarem decisões mais informadas e sustentáveis. Além disso, políticas públicas voltadas para a disseminação do conhecimento financeiro podem contribuir significativamente para a redução do número de indivíduos superendividados, promovendo uma sociedade economicamente mais equilibrada.

2.3 ENDIVIDAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO

O endividamento do servidor público tem sido objeto de estudos que buscam compreender os fatores que influenciam essa realidade e seus impactos na estabilidade financeira e no desempenho funcional. A estabilidade empregatícia e a previsibilidade da renda conferem aos servidores públicos acesso facilitado ao crédito, tornando-os um público de interesse para instituições financeiras, especialmente no que diz respeito ao crédito consignado (SOUZA, 2015). Entretanto, a facilidade de obtenção de crédito, aliada à baixa inadimplência da categoria, pode levar ao superendividamento, comprometendo parte significativa da renda dos servidores com empréstimos de longo prazo (PEREIRA; SOUZA JR., 2021).

A modalidade de crédito consignado tem sido apontada como o principal meio de endividamento dos servidores públicos, uma vez que possibilita o desconto das parcelas diretamente na folha de pagamento, garantindo segurança às instituições financeiras. Segundo Flores, Vieira e Coronel (2013), essa característica faz com que os servidores públicos tenham um nível de endividamento superior ao dos trabalhadores do setor privado, pois a percepção de risco pelas instituições financeiras é reduzida, facilitando a concessão de crédito.

Essa realidade pode ser observada em diversas esferas da administração pública, onde o uso indiscriminado do crédito consignado tem levado ao aumento do comprometimento da

renda mensal com dívidas, dificultando a manutenção do equilíbrio financeiro ao longo da carreira.

A facilidade no acesso ao crédito, contudo, pode resultar em efeitos negativos, como a necessidade constante de renegociação de dívidas. Souza (2015) verificou que o crédito consignado tem sido utilizado não apenas para aquisição de bens duráveis, mas também como um mecanismo recorrente para cobrir despesas mensais, indicando um ciclo contínuo de endividamento. Esse comportamento também foi observado por Juliana Marçal da Silva (2020), que identificou um alto índice de comprometimento da renda com consignações entre servidores públicos municipais, levando à redução da capacidade de consumo e à necessidade de novos financiamentos para manter o padrão de vida.

Além das implicações financeiras diretas, o endividamento elevado também pode impactar a qualidade de vida e o desempenho profissional dos servidores. A preocupação excessiva com o orçamento pessoal pode gerar estresse financeiro, refletindo-se na produtividade e no bem-estar dos trabalhadores do setor público (SOUZA, 2015). Esse efeito é ainda mais significativo em servidores de menor remuneração, para os quais o crédito consignado se torna uma ferramenta essencial para cobrir despesas básicas, aumentando a vulnerabilidade financeira desse grupo (SOUZA, 2015).

Outro fator importante na análise do endividamento do servidor público é a relação entre tempo de serviço e comprometimento financeiro. Dinuarída Rocha Souza (2015) identificou que servidores federais apresentam níveis mais elevados de endividamento ao longo da carreira, em comparação com trabalhadores do setor privado. Isso pode estar relacionado ao fato de que, à medida que o tempo de serviço aumenta, muitos servidores passam a assumir novos compromissos financeiros, ampliando suas despesas fixas sem necessariamente equilibrar o uso do crédito. Nesse sentido, estudos sugerem que a percepção da estabilidade no cargo pode incentivar a tomada de empréstimos de longo prazo, sob a suposição de que a renda futura continuará a garantir o pagamento das parcelas sem comprometer o orçamento (VIANA, 2020).

Diante desse cenário, torna-se essencial a formulação de estratégias voltadas à educação financeira dos servidores públicos, buscando minimizar o impacto do endividamento sobre sua qualidade de vida. Iniciativas de capacitação podem auxiliar no planejamento orçamentário e no uso consciente do crédito, prevenindo o superendividamento e incentivando práticas financeiras mais sustentáveis dentro da administração pública (RICHARD, 2018). Além disso, políticas institucionais que limitem o percentual máximo de comprometimento da

renda com consignações podem contribuir para evitar que servidores ultrapassem um nível de endividamento considerado seguro, reduzindo os riscos associados ao uso excessivo do crédito.

Assim, o endividamento do servidor público deve ser analisado não apenas sob a perspectiva da facilidade de acesso ao crédito, mas também considerando seus impactos sociais e institucionais. A identificação dos fatores que contribuem para esse fenômeno é fundamental para embasar políticas que visem equilibrar a concessão de crédito e a sustentabilidade financeira dos servidores, garantindo que essa categoria profissional possa usufruir dos benefícios do crédito consignado sem comprometer sua estabilidade financeira e bem-estar.

3. METODOLOGIA

Para cumprir com os objetivos propostos, esta pesquisa será conduzida de forma quantitativa, utilizando base documental em dados secundários disponíveis em relatórios extraídos do sistema informatizado de gestão de pessoas do Município de Juazeiro/BA e obtidos por meio de pedido de acesso à informação.

Este estudo adotará uma abordagem exploratória e descritiva, uma vez que será investigado um fenômeno ainda pouco explorado, visando esclarecer e delimitar o conhecimento existente. A pesquisa exploratória, conforme Gil (2002), busca desenvolver ideias e conceitos, auxiliando na formulação de problemas mais claros e na construção de hipóteses pesquisáveis para estudos futuros.

O objetivo da pesquisa exploratória é entender o fenômeno em seu contexto social, conforme destacado por Piovesan e Temporini (1995), podendo ser utilizados métodos como revisão bibliográfica, discussões com especialistas e entrevistas, permitindo ao pesquisador absorver e reinterpretar as percepções dos indivíduos envolvidos.

Além disso, a pesquisa é descritiva, focando na descrição detalhada do fenômeno para compreendê-lo holisticamente, incluindo as características das pessoas e do ambiente envolvido, segundo Godoy (1995) e Gil (2002). A coleta de dados, destacada por Godoy (1995), envolve várias técnicas, incluindo entrevistas e análise documental, essenciais tanto para a obtenção quanto para a disseminação dos resultados.

Finalmente, essas pesquisas descritivas são importantes, como afirmado por Godoy (1995) e Gil (2002), para entender a manifestação do fenômeno em diferentes contextos e interações, contribuindo para uma nova visão do problema estudado.

O estudo será realizado no Município de Juazeiro, Estado da Bahia, Ente Federativo que, de acordo com dados obtidos no Portal da Transparência, conta, atualmente, com 7.570 (sete mil, quinhentos e setenta) servidores, distribuídos em efetivos, temporários, comissionados e agentes políticos, com o quantitativo discriminado na tabela a seguir:

Tabela 2: Quantidade de servidores em cada categoria.

Categoria	Quantidade
Efetivos	3052
Comissionados	431
Agentes Políticos	20
Temporários	4037

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Os dados foram coletados por meio de requerimento de acesso à informação, sendo que a resposta dada forneceu relatório contendo, o cargo, as consignações, o regime jurídico do servidor, a remuneração bruta e a remuneração líquida. Considerando a publicidades dos dados

desta pesquisa, principalmente quando considerada uma publicação em periódico, a entrega do resultado para a Secretaria de Gestão de Pessoas e as vedações constantes na Lei Geral de Proteção de Dados, não foram solicitadas informações pessoais dos servidores, como nome, CPF, endereço e outros.

Como resposta, a Administração pública apresentou uma lista, em formato PDF, contendo 309 registros, com as informações solicitadas, sendo este o universo amostral da pesquisa. Partindo dos dados coletados foi realizada a organização sistemática com intuito de auxiliar a compreensão e interpretação dos mesmos. Para Marconi e Lakatos (2003) a análise de dados consiste num processo indutivo por intermédio do qual, partindo de dados particulares suficientemente constatados, deduz-se uma verdade geral ou universal não contida nas partes examinadas.

Em complemento, o foco dos argumentos indutivos é apresentar conclusões, cujo conteúdo é maior do que as premissas nas quais se basearam. Como afirmam os autores Bogdan e Biklen (1994) a análise corresponde a um quadro que vai ganhando forma ao mesmo tempo em que se colhe e se examina as partes.

A análise dos dados coletados foi conduzida por meio de técnicas estatísticas descritivas e inferenciais, permitindo compreender as relações entre variáveis que impactam a remuneração e o comprometimento financeiro dos servidores do Município de Juazeiro/BA. Inicialmente, foi preciso transcrever o arquivo PDF para uma planilha eletrônica.

Como as informações fornecidas pelo Município de Juazeiro identificam o valor da remuneração bruta, da remuneração efetivamente paga (líquida) e dos consignados, para viabilizar algumas análises, foi preciso diferenciar o valor líquido recebido pelo servidor e informado pelo Município do valor líquido sem considerar a parcela de consignado.

Neste trabalho, adota-se a seguinte distinção conceitual entre os termos “remuneração paga” e “remuneração líquida”: a remuneração paga corresponde ao valor que o servidor efetivamente recebeu em sua conta bancária, ou seja, já descontadas as consignações facultativas (empréstimos, cartão de crédito, entre outros). Trata-se, portanto, do montante real disponível para uso imediato no mês de referência. Por outro lado, a remuneração líquida refere-se ao valor da remuneração bruta após os descontos obrigatórios (como previdência e imposto de renda), mas sem considerar os descontos decorrentes de consignações facultativas, representando assim a parcela da remuneração que estaria teoricamente disponível ao servidor, caso não houvesse comprometimento com dívidas consignadas.

Assim, foi elaborada uma planilha eletrônica contendo as seguintes informações: cargo ocupado, nível de escolaridade exigido, idade do servidor, tempo de serviço, unidade de lotação,

regime jurídico, remuneração bruta, remuneração paga (valor líquido com desconto das consignações), valor total das consignações e remuneração líquida efetiva (sem o desconto das consignações).

Convém ressaltar que a remuneração bruta do servidor sofre deduções impositivas, como imposto de renda, contribuição previdenciária e pensão alimentícia, estando os empréstimos consignados dentro das deduções decorrentes do exercício de uma ação discricionária.

Com base nisso, a partir da organização dos dados, foram calculados os percentuais de remuneração disponível de cada servidor, considerando a relação da remuneração líquida com o valor bruto antes e depois do desconto dos consignados. Essa relação permite identificar quanto da remuneração bruta não está comprometida para o pagamento de descontos impositivos. Os resultados percentuais foram quantificados em faixas definidas a cada 10 pontos percentuais com as respectivas frequências de ocorrência.

Em seguida, foi feita uma comparação da disponibilidade de recursos antes e depois da dedução dos consignados, permitindo uma avaliação mais precisa do impacto do endividamento na renda líquida dos servidores. Essa abordagem possibilitou identificar se servidores que, à primeira vista, possuem uma margem confortável de remuneração disponível acabam, na realidade, comprometendo uma parte substancial de sua renda com consignações.

Na sequência, foi calculado, em percentual, o impacto do comprometimento da renda líquida com empréstimo consignado. Com base nos resultados, foi possível identificar a quantidade de servidores com contratos consignados que superam o limite estabelecido pela regulamentação municipal, além de viabilizar a classificação do endividamento do servidor. A análise do comprometimento da renda com o serviço da dívida é um indicador fundamental para avaliar a saúde financeira de indivíduos e famílias.

Estudos indicam que um comprometimento da renda até 30% com dívidas é geralmente sustentável, permitindo que o indivíduo gerencie suas obrigações financeiras sem comprometer despesas essenciais. Nesse sentido, o Consumer Financial Protection Bureau (CFPB) (2020) sugere que até 36% da renda líquida pode ser comprometida com todas as obrigações de crédito. Brown *et al.* (2018) aponta que comprometimentos até 30% não elevam significativamente o risco de inadimplência, enquanto valores superiores começam a comprometer a capacidade financeira das famílias.

Comprometimentos entre 30% e 40% da renda são considerados um sinal de alerta, pois aumentam o risco de sobreendividamento e reduzem a resiliência financeira das famílias. O Federal Reserve (2022) aponta que famílias com dívidas superiores a 30-40% enfrentam

maiores dificuldades para lidar com despesas inesperadas e apresentam maior probabilidade de inadimplência.

Da mesma forma, o Bank for International Settlements (BIS, 2023) alerta que dívidas entre 30% e 40% da renda elevam a vulnerabilidade a crises econômicas, especialmente em contextos de juros altos ou recessão. No Brasil, o Banco Central do Brasil (2023) destaca que um comprometimento entre 35% e 40% da renda já afeta significativamente a capacidade de consumo e poupança, observando que famílias nessa faixa já enfrentam pressões para renegociar dívidas, indicando uma fronteira crítica para políticas de prevenção ao endividamento excessivo.

Quando o endividamento ultrapassa 40-50% da renda, as famílias enfrentam riscos elevados de inadimplência e comprometimento da qualidade de vida. Brown et al. (2018) demonstram que comprometimentos superiores a 40% da renda líquida estão diretamente correlacionados com estresse financeiro, redução do consumo essencial e dependência de crédito rotativo, a exemplo do cartão de crédito. O Federal Reserve (2023) ressalta que, nesse patamar, as famílias têm dificuldade para honrar obrigações básicas, como contas de energia e alimentação, configurando um ciclo de endividamento difícil de romper sem intervenção externa.

Valores acima de 50% representam um cenário de risco sistêmico, no qual a insolvência torna-se uma ameaça iminente. De acordo com o Banco Central do Brasil (2023), famílias nessa condição têm probabilidade três vezes maior de entrar em inadimplência comparadas àquelas com dívidas abaixo de 30%. Além disso, o Banco Mundial (2016) associa níveis tão elevados de endividamento a impactos macroeconômicos negativos, como redução do crescimento do PIB e aumento da desigualdade social. A OCDE (2021) alerta que famílias com alto endividamento apresentam baixa resiliência a choques econômicos, comprometendo não apenas seu bem-estar, mas também a estabilidade do sistema financeiro.

De acordo com o Banco Central do Brasil (2023), um cidadão é endividado de risco quando atende simultaneamente a dois ou mais dos seguintes critérios: inadimplência, comprometimento da renda mensal com o pagamento de dívidas acima de 50%, exposição simultânea a cheque especial, crédito pessoal sem consignação e crédito rotativo, e renda disponível após o pagamento das dívidas abaixo da linha de pobreza.

A linha de pobreza é definida seguindo a metodologia do Banco Mundial, que estabelece um limite de USD 6,85 per capita por dia para países de renda média, como o Brasil. De acordo com o Banco Central do Brasil (2023), esse valor correspondia a um limite mensal de R$ 587, calculado em dezembro de 2021. Aplicando a variação acumulada do IPCA de

dezembro de 2021 até janeiro de 2025, temos um acumulado de aproximadamente 15,75%. Aplicando esse percentual ao valor base de R$ 587, o limite mensal atualizado para janeiro de 2025 é de aproximadamente R$ 679,50.

Dessa forma, este trabalho classifica o comprometimento da renda líquida com consignados em: Endividamento Saudável (até 30% da renda líquida); Nível de Alerta (30-40% da renda líquida); Nível Crítico (>40-50% da renda líquida); Comprometimento Extremo (>50% da renda líquida); e Superendividamento (Comprometimento superior a 50% da renda líquida e remuneração paga abaixo do limite da pobreza).

Após a organização e estruturação dos dados, a etapa seguinte consistiu no agrupamento e quantificação das informações com base em variáveis fundamentais para a análise da relação entre remuneração, endividamento e características funcionais dos servidores. Assim, os dados foram segmentados conforme o cargo ocupado, o nível de escolaridade mínima exigido para o cargo, a renda bruta, a idade, o tempo de serviço, a lotação e o regime jurídico do servidor.

Essa categorização foi realizada com o objetivo de identificar padrões que possam estar associados ao grau de comprometimento da renda com empréstimos consignados, permitindo compreender quais fatores podem influenciar a maior ou menor incidência do endividamento entre os servidores municipais.

A classificação por cargo possibilita analisar se há diferenças significativas no comprometimento da renda entre diferentes funções dentro da administração pública municipal. Cargos que exigem maior qualificação ou experiência podem apresentar remunerações mais elevadas, o que pode impactar o percentual da renda disponível após os descontos obrigatórios e consignações. Além disso, essa segmentação permite verificar se determinadas funções apresentam maior propensão ao endividamento, contribuindo para a identificação de grupos que possam necessitar de maior suporte em planejamento financeiro.

O nível de escolaridade mínima exigido para o cargo foi outra variável considerada, uma vez que a formação acadêmica pode estar diretamente relacionada ao nível salarial e, consequentemente, à capacidade de gestão financeira dos servidores, fornecendo subsídios para políticas de educação financeira voltadas a grupos mais vulneráveis.

Conforme evidenciado por Costa (2015), servidores com maior nível educacional demonstram maior planejamento financeiro e menor propensão ao endividamento excessivo, pois tendem a possuir maior conhecimento sobre produtos financeiros e estratégias de gestão de orçamento. Essa relação também foi observada no estudo de Collares (2019), que

demonstrou que servidores com ensino superior apresentam maior controle financeiro e menor inadimplência em relação aos que possuem apenas ensino médio.

Servidores ocupantes de cargos que exigem ensino superior podem apresentar maior remuneração e, potencialmente, um menor comprometimento proporcional da renda com consignações. O estudo de Pereira (2020) reforça essa tendência ao demonstrar que servidores com rendimentos mais elevados comprometem uma parcela menor de sua renda líquida com empréstimos consignados, pois possuem maior capacidade de poupança e um maior planejamento financeiro.

Por outro lado, servidores com cargos de nível fundamental ou médio podem ter maior vulnerabilidade ao endividamento, considerando a relação entre menores salários e maior necessidade de crédito para a manutenção do padrão de vida. Tempone (2024) aponta que servidores com menor nível de escolaridade são mais suscetíveis a taxas de juros elevadas e possuem menor planejamento financeiro, o que aumenta a vulnerabilidade ao superendividamento.

A renda bruta do servidor foi incluída como uma variável essencial para a análise do endividamento, pois permite compreender melhor o impacto do nível de remuneração no comportamento financeiro dos servidores e auxilia na formulação de estratégias para reduzir o risco de endividamento excessivo, especialmente entre aqueles com menores rendimentos. Gonçalves (2021) observa que servidores com salários mais elevados tendem a utilizar o crédito de forma mais estratégica, recorrendo a financiamentos em condições mais vantajosas e evitando comprometimentos excessivos da renda.

Por outro lado, Barreira (2014) aponta que servidores com menores rendimentos brutos enfrentam maior vulnerabilidade ao superendividamento, uma vez que precisam recorrer com mais frequência ao crédito consignado para cobrir despesas essenciais e manter seu padrão de vida. Além disso, Pereira (2020) ressalta que há uma relação inversa entre o nível salarial e o percentual da renda comprometida com consignações, demonstrando que os servidores com menor renda tendem a ter um maior percentual de seus ganhos retidos para pagamento de dívidas.

A variável idade foi utilizada para examinar se há padrões geracionais no endividamento dos servidores municipais, permitindo compreender se o endividamento está concentrado em determinadas faixas etárias e se há um comportamento financeiro distinto entre servidores mais jovens e mais velhos. Conforme observado por Tempone (2024), fatores como idade, número de dependentes e nível de renda influenciam diretamente a propensão ao endividamento, sendo que servidores mais jovens demonstram maior tendência a contrair

dívidas, muitas vezes devido à expectativa de progressão salarial futura e à necessidade de aquisição de bens duráveis.

Esse comportamento também foi observado por Watson (2003), que destaca que indivíduos mais jovens, especialmente na faixa etária entre 25 e 44 anos, apresentam maior materialismo e propensão ao consumo financiado, utilizando o crédito para manter um padrão de vida condizente com suas aspirações sociais e profissionais. De acordo com Ponchio (2006), esse grupo tende a gastar mais do que ganha, sendo mais propenso ao endividamento quando comparado a indivíduos mais velhos. Além disso, Vieira, Flores e Campara (2014) verificaram que indivíduos mais velhos demonstram maior noção a respeito do endividamento, resultando em menor propensão ao uso do crédito consignado.

O tempo de serviço também foi considerado, pois reflete a permanência do servidor na administração pública e pode estar associado a benefícios como progressões salariais e adicionais financeiros. Servidores com maior tempo de serviço podem apresentar um percentual de comprometimento da renda menor devido ao aumento da remuneração ao longo da carreira. No entanto, a análise dessa variável pode revelar se há uma correlação entre estabilidade funcional e o uso do crédito consignado, possibilitando verificar se servidores mais antigos apresentam menor dependência dessa modalidade de crédito em comparação aos que ingressaram recentemente no serviço público.

De acordo com Juliana Marçal da Silva (2020), os padrões de endividamento entre servidores públicos podem variar conforme o tempo de serviço. O estudo revelou que servidores com mais de 20 anos de carreira apresentaram um nível significativo de dependência do crédito consignado, possivelmente devido ao acúmulo de obrigações financeiras ao longo do tempo e à percepção da estabilidade funcional como um fator que facilita o acesso ao crédito. Por outro lado, o mesmo estudo indica que servidores com menor tempo de serviço tendem a evitar o crédito consignado, pois ainda não consolidaram um padrão financeiro estável e podem apresentar menor segurança na tomada de decisões relacionadas ao endividamento.

A lotação do servidor representa outro critério relevante, pois permite identificar se há diferenças no comprometimento da renda entre servidores alocados em diferentes secretarias e órgãos municipais. Essa análise pode indicar se determinadas secretarias ou departamentos possuem maior concentração de servidores com comprometimento excessivo da renda, possibilitando um olhar mais direcionado para políticas de gestão financeira voltadas a grupos específicos dentro da administração pública.

Por fim, a classificação por regime jurídico é essencial para compreender a influência da estabilidade funcional no endividamento dos servidores. No Município de Juazeiro, os

servidores são divididos em efetivos, temporários, comissionados e agentes políticos, e a análise por regime permite identificar se há diferenças significativas no uso do crédito consignado entre esses grupos.

Servidores efetivos, por possuírem estabilidade no cargo, têm maior acesso ao crédito consignado, o que pode influenciar seu comportamento financeiro. Conforme apontado por Gonçalves (2021), servidores públicos possuem maior facilidade de obtenção de crédito, principalmente por garantirem um nível de inadimplência reduzido para as instituições financeiras, tornando-os um público-alvo preferencial para empréstimos consignados.

Já os servidores temporários e comissionados, que não possuem vínculo permanente, podem encontrar dificuldades para acessar esse tipo de crédito ou depender de outras formas de endividamento, como empréstimos bancários convencionais, que geralmente possuem taxas de juros mais elevadas. De acordo com Silva (2020), servidores sem vínculo permanente estão mais suscetíveis a condições de crédito menos vantajosas, devido à incerteza quanto à manutenção de sua renda ao longo do tempo, o que limita sua margem de negociação junto às instituições financeiras. Esse fator reforça a importância da estabilidade funcional na concessão do crédito consignado e sua influência sobre o comportamento financeiro dos servidores públicos.

O agrupamento e a quantificação dos dados a partir dessas variáveis possibilitam uma análise mais detalhada sobre o perfil dos servidores endividados e sua relação com os fatores estruturais da administração pública municipal. Essa segmentação dá suporte para a análise de quais características estão mais associadas ao comprometimento financeiro, subsidiando recomendações e estratégias para a promoção de maior equilíbrio financeiro entre os servidores do município.

A partir das estatísticas descritivas aplicadas, verificou-se a necessidade de aprofundar a compreensão dos fatores que influenciam o comprometimento da renda dos servidores municipais com empréstimos consignados. Para isso, foram analisadas conjuntamente variáveis socioeconômicas, financeiras e estruturais, buscando identificar padrões e correlações que possam explicar o comportamento de endividamento dentro da administração pública.

A investigação dessas relações permitirá avaliar se fatores como salário, idade, escolaridade, tempo de serviço e lotação afetam significativamente o percentual da remuneração comprometida com consignações, contribuindo para uma análise mais aprofundada sobre a sustentabilidade financeira dos servidores e possíveis vulnerabilidades dentro do grupo analisado.

Após a realização da análise estatística descritiva, tornou-se necessário aprofundar a investigação sobre os fatores que influenciam o comprometimento da renda dos servidores municipais com consignações. Para isso, foram aplicados os coeficientes de correlação de Pearson e Spearman, permitindo verificar a intensidade e a direção das associações entre as variáveis analisadas.

O coeficiente de correlação de Pearson foi utilizado para mensurar relações lineares entre variáveis quantitativas, como a relação entre salário bruto e percentual consignado. Esse método possibilita identificar se o aumento no salário resulta diretamente em um aumento ou redução na dependência do crédito consignado. Já a correlação de Spearman foi empregada para analisar relações monotônicas, ou seja, aquelas em que uma variável aumenta ou diminui de maneira ordenada, mas sem necessariamente seguir uma progressão linear.

Essa abordagem foi essencial para investigar a relação entre tempo de serviço e comprometimento financeiro, uma vez que a influência do tempo na necessidade de crédito pode variar ao longo da carreira funcional. Segundo Hair et al. (2009), os coeficientes de correlação são ferramentas fundamentais para medir a força das associações entre variáveis em pesquisas organizacionais e financeiras, permitindo identificar padrões que não seriam perceptíveis apenas por meio da estatística descritiva.

Com essa abordagem, foi possível testar a existência de padrões claros entre as variáveis investigadas e verificar se as associações seguiam tendências esperadas ou apresentavam desvios em relação ao comportamento financeiro previsto na literatura. A análise conjunta das variáveis a partir dessas técnicas proporcionou uma visão mais ampla do impacto do crédito consignado na vida financeira dos servidores municipais e possibilitou a formulação de hipóteses mais robustas sobre os fatores que contribuem para o endividamento no setor público.

A análise conjunta entre salário bruto e percentual de comprometimento com consignações busca compreender a relação entre o nível de renda dos servidores municipais e seu grau de endividamento por meio do crédito consignado. Estudos indicam que essa relação pode não ser linear, uma vez que servidores com menor remuneração frequentemente recorrem ao crédito consignado para complementar o orçamento mensal, enquanto aqueles com rendimentos mais elevados também utilizam essa modalidade de crédito, mas de forma mais planejada e estratégica (SILVA, 2020).

Essa investigação permitirá identificar padrões financeiros distintos entre os servidores e verificar se o comprometimento excessivo da renda está concentrado em determinadas faixas salariais. A correlação entre salário bruto e percentual comprometido com consignações

permitirá testar se há um limite salarial a partir do qual a dependência do crédito consignado diminui ou se essa modalidade de crédito é amplamente utilizada independentemente do nível de renda. A análise estatística possibilitará compreender se há um ponto crítico a partir do qual o uso do crédito consignado tende a reduzir ou se a relação entre salário e endividamento se mantém proporcional ao longo de diferentes faixas salariais.

Além disso, a correlação entre essas variáveis permitirá avaliar se existem grupos de maior vulnerabilidade financeira dentro da administração pública municipal, identificando perfis mais propensos ao endividamento excessivo. Essa análise fornecerá subsídios para a formulação de políticas voltadas para educação financeira e planejamento orçamentário entre os servidores, buscando estratégias para reduzir a dependência do crédito consignado como mecanismo de equilíbrio financeiro.

Essa abordagem dialoga com estudos sobre padrões de endividamento no setor público, permitindo compreender quais fatores determinam o uso do crédito consignado entre diferentes faixas salariais e quais políticas podem ser adotadas para mitigar riscos de superendividamento.

Dando continuidade, além da relação entre salário bruto e percentual de comprometimento, também se faz necessária a investigação da variável idade. A análise da idade dos servidores em relação ao percentual comprometido com consignações possibilita a verificação se há um padrão geracional no uso do crédito consignado, verificando se servidores mais jovens possuem maior dependência desse tipo de crédito e se servidores mais experientes apresentam um comportamento financeiro distinto ao longo da carreira.

Após a análise da relação entre o salário bruto e o percentual de comprometimento com consignações, a variável idade surge como outro fator relevante para a compreensão do padrão de endividamento dos servidores municipais. Estudos indicam que a idade pode influenciar significativamente o comportamento financeiro e a forma como o crédito consignado é utilizado ao longo da vida funcional.

A correlação entre idade e percentual de comprometimento com consignações permitirá avaliar se essa relação é linear ou se há padrões mais complexos, como um alto nível de endividamento entre servidores mais jovens, seguida de uma redução gradual à medida que a estabilidade financeira aumenta com o tempo de serviço.

Além disso, busca-se verificar se há um ponto crítico em que a dependência do crédito consignado começa a diminuir ou se o comportamento financeiro dos servidores se mantém estável ao longo do tempo. Caso a análise revele um alto percentual de comprometimento entre os servidores mais jovens, isso pode indicar a necessidade de estratégias voltadas para educação

financeira no início da carreira, auxiliando na redução da dependência do crédito consignado como mecanismo de ajuste orçamentário.

Essa investigação está alinhada com estudos que analisam o comportamento financeiro de diferentes grupos etários no serviço público, permitindo compreender como o fator geracional impacta a gestão da renda dos servidores e quais estratégias podem ser implementadas para mitigar o endividamento excessivo em determinados grupos etários. Dessa forma, a análise contribuirá não apenas para a identificação de padrões dentro da administração municipal, mas também para a formulação de recomendações que auxiliem na promoção de uma cultura financeira mais sustentável entre os servidores.

Já a influência da escolaridade no comportamento financeiro dos servidores municipais representa um aspecto essencial para a compreensão do padrão de endividamento no serviço público. A correlação entre nível de escolaridade e percentual de comprometimento com consignações permite investigar se a formação acadêmica está associada a uma gestão mais eficiente dos recursos financeiros e a um menor grau de endividamento. Estudos indicam que a educação formal pode impactar diretamente a capacidade de planejamento orçamentário, tornando indivíduos mais propensos a tomar decisões financeiras fundamentadas e reduzir a dependência de crédito de alto custo (COLLARES, 2019).

A literatura sobre endividamento sugere que servidores com menor nível de escolaridade podem estar mais expostos ao superendividamento, uma vez que podem ter acesso limitado a estratégias de gestão financeira e menor familiaridade com instrumentos de crédito (BARREIRA, 2014). Nesses casos, o crédito consignado pode ser utilizado como uma solução de curto prazo para equilibrar o orçamento, o que, em vez de proporcionar alívio financeiro, pode resultar em um ciclo contínuo de endividamento. Por outro lado, pesquisas apontam que servidores com maior nível de escolaridade tendem a demonstrar um uso mais estratégico do crédito, recorrendo a consignações para investimentos ou aquisição de bens duráveis, ao invés de cobrir despesas correntes (LIRA, 2014).

A análise conjunta entre escolaridade e percentual de comprometimento com consignações permitirá verificar se há padrões diferenciados de uso do crédito entre grupos de diferentes níveis educacionais. Caso a correlação demonstre que servidores com menor escolaridade apresentam um maior comprometimento da renda com consignações, isso poderá reforçar a necessidade de iniciativas voltadas para capacitação financeira dentro da administração pública.

De acordo com estudos recentes, programas estruturados de educação financeira têm sido eficazes na redução do nível de endividamento entre servidores públicos, fornecendo

ferramentas para um gerenciamento mais equilibrado dos recursos financeiros e promovendo maior conscientização sobre os riscos do superendividamento (RICHARD, 2018).

Essa verificação contribuirá para a formulação de estratégias voltadas à mitigação do endividamento excessivo, permitindo que gestores públicos avaliem a necessidade de capacitações periódicas para servidores com maior vulnerabilidade financeira. Além disso, dialoga com estudos que analisam como a formação acadêmica impacta o comportamento financeiro no setor público, fornecendo subsídios para políticas que incentivem a gestão consciente da renda e o uso sustentável do crédito consignado.

Aprofundando a análise sobre os fatores que influenciam o endividamento dos servidores municipais, torna-se essencial investigar a relação entre tempo de serviço e percentual de comprometimento com consignações. Essa correlação permitirá verificar se o acúmulo de experiência e estabilidade funcional ao longo da carreira impacta a dependência do crédito consignado, identificando se servidores com mais tempo de serviço tendem a apresentar menor comprometimento financeiro ou se a adesão ao crédito se mantém constante ao longo dos anos.

A literatura sugere que servidores com maior tempo de serviço podem ter acesso a melhores condições salariais, seja por progressões na carreira, gratificações ou adicionais financeiros, o que potencialmente reduz a necessidade de recorrer ao crédito consignado como mecanismo de ajuste orçamentário (SOUZA, 2017). No entanto, pesquisas também indicam que servidores mais antigos podem continuar utilizando o crédito consignado como uma forma recorrente de consumo, especialmente quando já possuem múltiplos contratos ativos ou quando percebem essa modalidade como uma extensão do próprio salário (VIANA, 2020).

A análise conjunta entre tempo de serviço e percentual de comprometimento com consignações permitirá avaliar se há uma tendência de redução da dependência do crédito consignado à medida que os servidores avançam na carreira ou se a adesão ao crédito se mantém em níveis semelhantes independentemente do tempo de atuação no serviço público. Essa investigação também poderá esclarecer se servidores com menos tempo de serviço recorrem mais frequentemente ao crédito consignado por possuírem menor estabilidade financeira e menor capacidade de poupança, enquanto aqueles mais experientes fazem uso dessa modalidade de maneira diferente.

Além disso, essa análise pode subsidiar políticas de educação financeira diferenciadas para grupos de servidores em diferentes estágios da carreira. Caso os resultados indiquem que servidores com menor tempo de serviço apresentam maior comprometimento da renda, pode ser pertinente a implementação de capacitações voltadas à gestão financeira desde o ingresso

no serviço público, auxiliando na criação de hábitos financeiros mais sustentáveis. Caso se identifique que servidores com maior tempo de serviço continuam a recorrer ao crédito de forma expressiva, a análise poderá indicar a necessidade de políticas voltadas para redução da dependência do consignado em longo prazo.

Essa análise, portanto, contribui para uma compreensão mais aprofundada dos padrões de endividamento dentro da administração municipal e dialoga com estudos que analisam a relação entre estabilidade funcional e comportamento financeiro no setor público. A identificação desses padrões pode servir como base para estratégias voltadas à gestão mais eficiente do crédito consignado, promovendo maior equilíbrio financeiro entre os servidores públicos.

Além das variáveis já analisadas, a lotação do servidor é um fator relevante para compreender a dinâmica do endividamento na administração pública. A correlação entre lotação e percentual de comprometimento com consignações busca identificar se há diferenças significativas no uso do crédito consignado entre servidores de diferentes órgãos ou setores dentro da estrutura municipal.

A depender da natureza do trabalho desempenhado e das condições financeiras oferecidas por cada secretaria ou departamento, o grau de endividamento pode variar, seja por diferenças salariais, seja por fatores culturais e institucionais que influenciam o comportamento financeiro dos servidores.

Estudos sobre o endividamento no setor público sugerem que as características do ambiente de trabalho podem impactar o padrão de consumo e o acesso ao crédito dos servidores (FERNANDES, 2019). Em determinados órgãos, onde há salários mais elevados ou benefícios adicionais, os servidores podem apresentar menor dependência do crédito consignado. Em contrapartida, setores com menor remuneração média ou que concentram cargos operacionais podem ter servidores mais vulneráveis ao superendividamento, utilizando o crédito consignado como um mecanismo recorrente de ajuste orçamentário (COSTA, 2021). Além disso, algumas áreas da administração pública podem ter maior acesso a informação e educação financeira, influenciando positivamente as decisões sobre o uso do crédito (SANTOS, 2020).

A análise conjunta entre lotação e percentual de comprometimento com consignações permitirá verificar se existem padrões diferenciados de endividamento entre setores específicos da administração municipal. Se a correlação indicar que determinadas secretarias concentram servidores com altos níveis de endividamento, isso pode sugerir a necessidade de intervenções específicas, como programas de capacitação financeira direcionados a essas áreas. Da mesma forma, a identificação de setores onde o comprometimento da renda com consignações é mais

baixo pode fornecer insights sobre práticas salariais e organizacionais que contribuem para maior estabilidade financeira dos servidores.

Além disso, esse exame poderá subsidiar políticas internas voltadas à melhoria da gestão financeira dos servidores, permitindo que a administração municipal compreenda se há desigualdades estruturais no acesso ao crédito consignado e quais fatores institucionais podem influenciar o endividamento. A identificação desses padrões não apenas contribuirá para a compreensão do fenômeno dentro da administração pública, mas também poderá servir como base para a formulação de estratégias que promovam um uso mais consciente do crédito e a redução da vulnerabilidade financeira dos servidores em determinadas lotações.

A interpretação dos resultados seguiu uma abordagem indutiva, permitindo que padrões gerais sejam identificados a partir das análises estatísticas realizadas. Como argumentam Bogdan e Biklen (1994), esse processo de análise possibilita a formulação de conclusões que extrapolam as premissas iniciais, fornecendo novas perspectivas sobre os fenômenos estudados.

Dessa forma, ao percorrer o caminho metodológico delineado, a pesquisa foi capaz de atender aos seus objetivos ao identificar e analisar os fatores que influenciam o comprometimento da renda dos servidores municipais com empréstimos consignados, fornecendo subsídios para que gestores e formuladores de políticas públicas possam desenvolver iniciativas que reduzam a vulnerabilidade financeira dos servidores, incentivando práticas mais sustentáveis no uso do crédito e promovendo maior equilíbrio orçamentário dentro da administração pública.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, serão analisados os dados coletados sobre os servidores do Município de Juazeiro/BA que possuem consignados no contracheque, com o objetivo de identificar padrões de endividamento e suas relações com variáveis socioeconômicas e financeiras. O universo de servidores ativos no município é composto por 7.540 funcionários, distribuídos entre os seguintes regimes jurídicos: 3.052 servidores efetivos, 431 comissionados, 20 agentes políticos e 4.037 temporários.

Dentro desse universo, apenas 309 servidores possuem empréstimos consignados, representando 4,10% do total. Esse dado demonstra que o percentual de adesão ao crédito consignado é relativamente baixo quando comparado a outros estudos realizados no setor público, onde taxas de adesão superiores a 30% são frequentemente relatadas (SILVA, 2018; VIANA, 2020).

A menor participação no crédito consignado poderia estar associada à restrição na concessão de empréstimos para servidores temporários e comissionados, que representam 60,4% do total de servidores, no entanto, apenas 9,93% dos servidores efetivos possuem crédito consignado. Ao segmentar os servidores com consignados de acordo com seu regime jurídico, observamos a seguinte distribuição:

Tabela 3: Segmentação dos servidores com empréstimo consignado por regime jurídico.

Regime jurídico	Quantidade	Proporção
Efetivos	303	98,06%
Comissionados	2	0,65%
Trabalhadores Temporários	4	1,29%
Agentes Políticos	0	0,00%

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Esse padrão está alinhado com estudos anteriores, como o de Viana (2020) e Leão (2016), que destacam que servidores efetivos são os principais contratantes desse tipo de crédito, devido à sua maior estabilidade de renda. Alves (2016) identificou que servidores sem estabilidade tendem a buscar outras fontes de crédito menos vantajosas, como cartões de crédito e empréstimos pessoais, devido à dificuldade de acessar o crédito consignado.

Essa limitação pode aumentar os riscos financeiros desse grupo, que frequentemente recorre a modalidades com taxas de juros mais elevadas (DOMINGUES, 2024). Segundo Silva (2020), essa dificuldade de acesso ao crédito consignado leva servidores temporários e comissionados a buscarem linhas de crédito menos favoráveis, o que pode resultar em endividamento excessivo e instabilidade financeira.

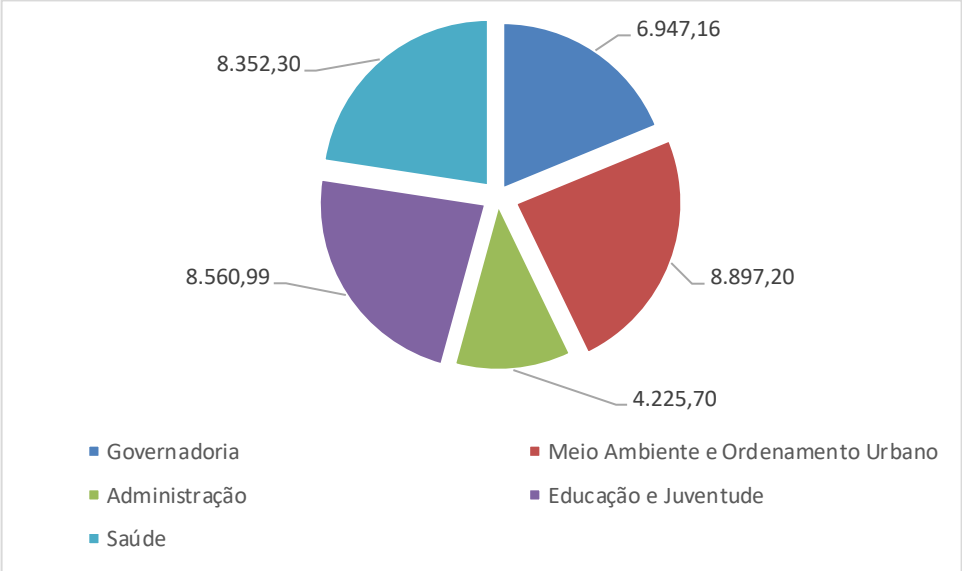
Embora a regulamentação municipal de Juazeiro proíba a contratação de empréstimos consignados por servidores temporários e comissionados, os dados revelam que uma pequena parcela desses servidores ainda possui contratos ativos nessa modalidade. Isso sugere que, apesar da vedação normativa, alguns servidores conseguiram obter crédito consignado, possivelmente por meio de brechas administrativas ou de instituições financeiras que não verificaram devidamente a restrição imposta pela legislação municipal. Essa prática já foi identificada em outros contextos administrativos, conforme observado por Viana (2020), que aponta que algumas instituições financeiras liberam crédito mesmo para servidores sem estabilidade, aumentando o risco de inadimplência.

Esse cenário é preocupante, pois a natureza precária do vínculo desses servidores aumenta significativamente o risco financeiro associado à contratação desse tipo de crédito. Diferentemente dos servidores efetivos, que possuem estabilidade funcional, os temporários e comissionados podem ser exonerados a qualquer momento, sem a garantia de continuidade da renda necessária para a quitação das parcelas do empréstimo.

O risco de superendividamento nesse grupo reforça a necessidade de maior fiscalização e orientação financeira para evitar que servidores com vínculos instáveis assumam compromissos financeiros que podem se tornar impagáveis caso percam seus postos antes da quitação do empréstimo.

Ao classificar os dados de acordo com os critérios adotados nessa pesquisa para o comprometimento da renda líquida com consignados, tem-se como resultado o seguinte gráfico com a distribuição percentual dos servidores com consignados de acordo com o grau de comprometimento da renda líquida:

Gráfico 2: Percentual dos servidores de acordo com o comprometimento da renda líquida com consignados.



Fonte: Elaboração Própria (2025)

Atualmente, a concessão de empréstimos consignados aos servidores do Município de Juazeiro/BA segue as diretrizes estabelecidas pelo Decreto Municipal nº 741/2023, que define, em seu art. 5º, §1º, que os valores descontados a título de crédito consignado não podem ultrapassar 30% da remuneração líquida do servidor. Esse limite tem como objetivo preservar a capacidade financeira dos trabalhadores, evitando que o endividamento excessivo comprometa a subsistência e gere impactos negativos na economia local.

No entanto, a análise dos dados coletados revela que 17,15% dos servidores com empréstimos consignados apresentam um comprometimento superior ao permitido pela norma, sendo que, dentro desse grupo, 16,98% destinam ao pagamento de consignados mais do que o dobro desse limite, ou seja, comprometem mais de 60% da renda líquida.

Esses números indicam que, apesar da regulamentação vigente, há uma parcela significativa de servidores municipais que se encontra em situação de endividamento crítico. O fato de um percentual relevante desses trabalhadores destinar mais da metade de sua remuneração líquida ao pagamento de consignados sugere fragilidades na fiscalização do cumprimento do limite imposto pelo decreto, além de apontar para possíveis dificuldades financeiras que levam os servidores a recorrerem a novos créditos, mesmo ultrapassando os patamares estabelecidos.

A análise do comprometimento da renda líquida com empréstimos consignados, apresentada no Gráfico 1, revela que 82,85% dos servidores com empréstimo consignado encontram-se em uma situação de endividamento saudável, ou seja, comprometendo até 30% da renda líquida com essa modalidade de crédito. Esse dado indica que a maioria dos servidores que recorrem ao consignado ainda mantém uma margem financeira relativamente segura para arcar com outras despesas essenciais.

No entanto, 7,77% dos servidores se enquadram no nível de alerta (30-40% da renda líquida comprometida), enquanto 5,50% já atingiram um nível crítico (40-50%). Mais preocupante ainda é o fato de que 3,56% dos servidores possuem comprometimento extremo, com mais de 50% da renda líquida comprometida com consignados, e 0,32% encontram-se em situação de superendividamento, caracterizado pelo comprometimento excessivo da renda aliado à remuneração restante abaixo da linha de pobreza.

Os dados evidenciam que, embora a maioria dos servidores apresente uma relação controlada com o crédito consignado, há uma parcela significativa que se aproxima ou já ultrapassou limites considerados preocupantes. Esse cenário encontra respaldo em estudos

como os de Barreira (2014) e Diniz (2020), que apontam que o comprometimento superior a 50% da renda líquida com empréstimos pode levar à perda da capacidade de arcar com despesas essenciais, elevando o risco de inadimplência e da necessidade de contrair novas dívidas em condições ainda mais onerosas.

A comparação com estudos anteriores sobre endividamento no setor público reforça a preocupação com essa parcela dos servidores que ultrapassam o limite legal. Barreira (2014) argumenta que o comprometimento da renda com dívidas em patamares superiores a 30% já representa um indicativo de vulnerabilidade financeira, podendo comprometer não apenas o equilíbrio orçamentário individual, mas também impactar a produtividade e o bem-estar dos trabalhadores.

Da mesma forma, Diniz (2020) alerta que servidores públicos que extrapolam essa margem frequentemente recorrem a outros instrumentos de crédito, como cheque especial e cartão de crédito, o que os expõe a taxas de juros significativamente mais elevadas e a um ciclo contínuo de endividamento.

Passando para a análise do percentual da remuneração disponível dos servidores, pode-se compreender o grau de comprometimento da renda com descontos obrigatórios e consignações, identificando grupos que possuem maior ou menor margem financeira para arcar com despesas e eventuais imprevistos.

A classificação por faixas percentuais possibilita verificar se há uma distribuição equilibrada da remuneração disponível ou se há uma concentração expressiva de servidores em faixas mais baixas, o que indicaria maior vulnerabilidade financeira. A seguir, apresenta-se a distribuição dos servidores conforme a porcentagem da remuneração disponível:

Tabela 4: Faixas de classificação da remuneração disponível antes da dedução do consignado.

Remuneração Disponível	Quantidade de Ocorrências	Frequência
Até 10%	1	0,32%
Maior que 10% até 20%	3	0,97%
Maior que 20% até 30%	5	1,62%
Maior que 30% até 40%	13	4,21%
Maior que 40% até 50%	19	6,15%
Maior que 50% até 60%	30	9,71%
Maior que 60% até 70%	60	19,42%
Maior que 70% até 80%	72	23,30%
Maior que 80% até 90%	78	25,24%
Maior que 90% até 100%	28	9,06%

Fonte: Elaboração Própria (2025)

A Tabela 4 apresenta a classificação da remuneração disponível dos servidores antes da dedução dos consignados. Observa-se que 77,96% dos servidores possuem uma disponibilidade financeira superior a 50% da renda bruta, sendo que 57,82% encontram-se na faixa de 70% ou mais. Isso indica que, antes da dedução dos consignados, a maior parte dos servidores dispõe de uma parcela significativa de sua renda, com predominância nas faixas mais altas de disponibilidade.

No entanto, ao analisar a Tabela 5 (abaixo), que demonstra a distribuição da remuneração disponível após a dedução do consignado, percebe-se uma mudança significativa no perfil financeiro dos servidores. O percentual de servidores com disponibilidade superior a 50% cai para 65,63%, representando uma redução de 12,33 pontos percentuais. Além disso, o percentual de servidores nas faixas superiores a 70% reduz-se de 57,82% para 36,99%, evidenciando que um número expressivo de servidores passa a ter um comprometimento maior de sua renda líquida.

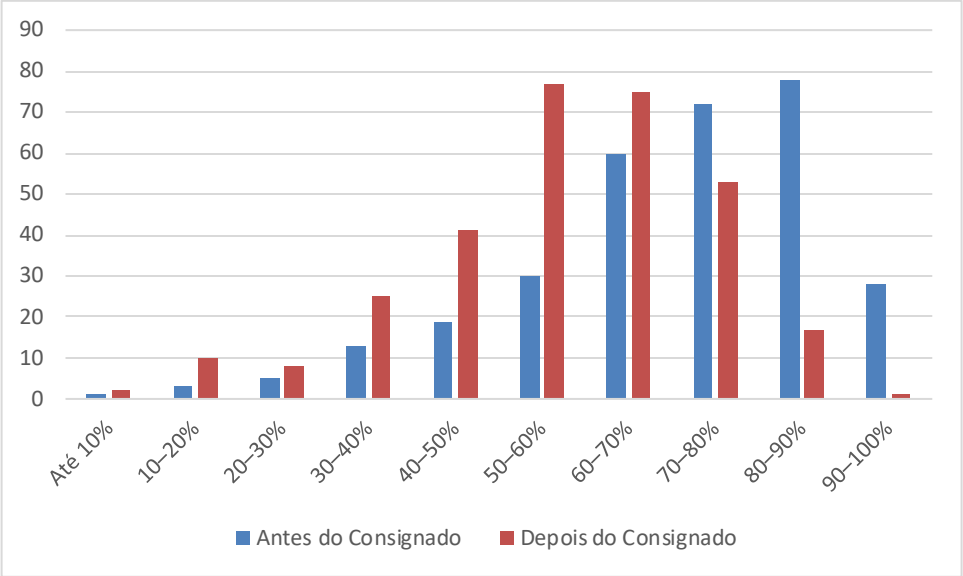
Tabela 5: Faixas de classificação da remuneração disponível depois da dedução do consignado.

Remuneração Disponível	Quantidade de Ocorrências	Frequência
Até 10%	2	0,65%
Maior que 10% até 20%	10	3,24%
Maior que 20% até 30%	8	2,59%
Maior que 30% até 40%	25	8,09%
Maior que 40% até 50%	41	13,27%
Maior que 50% até 60%	77	24,92%
Maior que 60% até 70%	75	24,27%
Maior que 70% até 80%	53	17,15%
Maior que 80% até 90%	17	5,50%
Maior que 90% até 100%	1	0,32%

Fonte: Elaboração Própria (2025)

A análise comparativa das tabelas 4 e 5 permite verificar a redistribuição da renda disponível dos servidores após a incidência dos descontos dos consignados, revelando o impacto financeiro dessa modalidade de crédito:

Gráfico 3: Quantidade de servidores por faixa de remuneração disponível antes e depois dos consignados.



Fonte: Elaboração própria (2025).

O gráfico evidencia visualmente o impacto direto que os descontos relativos ao crédito consignado exercem sobre a renda líquida dos trabalhadores, tornando mais clara a redistribuição das faixas de disponibilidade financeira após os descontos. Três aspectos principais merecem destaque. O primeiro diz respeito ao aumento do número de servidores com baixa disponibilidade de renda, onde antes da dedução dos consignados, apenas 7,11% dos servidores possuíam uma remuneração disponível inferior a 50%.

Após os descontos, esse percentual mais do que dobrou, atingindo 20,11%. Esse dado indica que aproximadamente 13% dos servidores passaram de uma situação de estabilidade financeira para uma situação de vulnerabilidade, onde mais da metade de sua renda está comprometida com descontos, o que pode gerar dificuldades no cumprimento de outras obrigações financeiras essenciais.

O segundo ponto refere-se ao percentual de servidores que ainda mantêm alta disponibilidade de renda após o desconto. Embora a queda na remuneração disponível seja evidente, 65,63% dos servidores ainda mantiveram mais de 50% de sua renda mesmo após os descontos. No entanto, esse percentual é consideravelmente inferior aos 77,96% iniciais, o que reforça que o consignado afeta de forma expressiva a segurança financeira dos servidores, ainda que em diferentes graus de comprometimento.

O último ponto alude a proporção de servidores em situação de comprometimento extremo. Conforme apontado por Barreira (2014) e Diniz (2020), servidores públicos com menos de 30% da renda disponível após os descontos encontram-se em uma zona de alto risco financeiro, aproximando-se dos limites do superendividamento. Na Tabela 4, apenas 2,91% dos servidores estavam nessa faixa antes dos descontos.

Contudo, na Tabela 5, esse número aumenta para 6,49%, indicando que um grupo significativo passou a dispor de menos de 30% da renda líquida após o pagamento dos consignados. Essa mudança é preocupante, pois significa que uma parcela dos servidores pode estar enfrentando dificuldades para cobrir despesas básicas, aumentando o risco de inadimplência ou necessidade de recorrer a outras formas de crédito.

A análise dos dados coletados permitiu, ainda, a classificação dos servidores do Município de Juazeiro/BA segundo variáveis socioeconômicas e financeiras, possibilitando a compreensão dos padrões de endividamento e sua relação com fatores estruturais e demográficos. A seguir, são apresentadas as variáveis utilizadas na pesquisa e sua categorização, fornecendo um panorama detalhado do perfil dos servidores e do impacto do crédito consignado sobre sua renda.

A primeira variável analisada é o cargo ocupado pelo servidor, uma vez que a natureza da função desempenhada pode influenciar tanto a remuneração quanto o padrão de endividamento. Os servidores municipais de Juazeiro estão distribuídos entre diferentes categorias funcionais, incluindo cargos administrativos, operacionais, técnicos e docentes. A classificação por cargo permite compreender se há padrões distintos de comprometimento da renda entre diferentes funções dentro da administração pública.

A Tabela 6, abaixo, apresenta os dez cargos com o maior número de servidores com consignados, destacando a quantidade absoluta e a proporção relativa dentro da amostra analisada. Observa-se que a maior parte dos servidores endividados está concentrada em funções ligadas à educação, segurança pública e serviços administrativos, sendo o cargo de professor o mais representativo, com 21,68% dos servidores com empréstimos consignados. Esse dado está em consonância com estudos como os de Gonçalves (2021) e Diniz (2020), que apontam que categorias com estabilidade funcional, mas com remuneração relativamente moderada, apresentam maior propensão a recorrer ao crédito consignado como meio de gestão financeira.

Tabela 6: Cargos com maior quantitativo de servidores com consignado.

Cargo	Quantidade	Proporção	Endividamento Saudável
Professor	67	21,68%	95,52%
Guarda Municipal	33	10,68%	96,97%
Aux Tec Administrativo	22	7,12%	77,27%
Auxiliar Serviços Gerais	21	6,80%	57,14%
Agente Comunitário de Saúde	14	4,53%	92,86%
Agente de Administração	14	4,53%	92,86%
Fiscal de Obras	10	3,24%	50,00%

Zelador(a)	7	2,27%	85,71%
Telefonista	7	2,27%	71,43%
Agente de Endemias	6	1,94%	83,33%

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Além dos professores, destaca-se a presença expressiva de guardas municipais (10,68%) e auxiliares técnicos administrativos (7,12%), que representam funções de apoio essenciais dentro da administração pública. Esses cargos, em geral, possuem remunerações intermediárias, o que pode indicar uma dependência do crédito consignado para equilibrar o orçamento, principalmente diante de eventuais aumentos no custo de vida e pressões financeiras decorrentes da inflação.

No caso de cargos operacionais, como auxiliares de serviços gerais (6,80%), agentes comunitários de saúde (4,53%) e zeladores (2,27%), há uma relação direta entre os baixos níveis salariais e a necessidade de complementação financeira por meio do crédito consignado. Isso corrobora o que foi identificado por Silva (2018) e Tempone (2024), que apontam que servidores de menor remuneração tendem a apresentar maior comprometimento da renda com empréstimos consignados, muitas vezes ultrapassando limites considerados seguros para a sustentabilidade financeira.

Entretanto, ao observar o percentual de servidores classificados com "Endividamento Saudável" (comprometendo até 30% da renda líquida com consignações), verifica-se que algumas categorias apresentam maior controle financeiro. Professores e guardas municipais, por exemplo, possuem altos índices de endividamento saudável, com 95,52% e 96,97%, respectivamente, o que sugere um uso mais consciente do crédito consignado, possivelmente devido à previsibilidade da renda e ao planejamento financeiro individual.

Por outro lado, auxiliares de serviços gerais e fiscais de obras apresentam percentuais significativamente menores de endividamento saudável (57,14% e 50%, respectivamente), indicando um nível mais elevado de vulnerabilidade financeira. Isso pode estar associado à menor remuneração, que limita a margem de manobra para lidar com imprevistos financeiros, levando esses servidores a comprometerem uma parcela maior da renda com empréstimos. Esse padrão é consistente com o observado por Prado (2022) e Tempone (2024), que destacam que servidores de baixa renda frequentemente recorrem ao crédito consignado não como estratégia de investimento, mas como necessidade para cobrir despesas básicas.

Cargos que exigem maior qualificação técnica, como fiscais de obras (3,24%) e agentes de administração (4,53%), também aparecem entre os mais endividados, o que indica que, mesmo entre funções que oferecem salários um pouco mais elevados, o crédito consignado continua sendo um recurso amplamente utilizado. Estudos como os de Collares (2019) sugerem

que o nível de endividamento pode estar associado não apenas à renda bruta do servidor, mas também ao seu padrão de consumo e hábitos financeiros.

A análise dessa distribuição reforça que, apesar das diferenças salariais entre os cargos, há um padrão de uso do crédito consignado que transcende faixas remuneratórias específicas. Isso sugere que a relação com o crédito está vinculada tanto a fatores estruturais do serviço público quanto à educação financeira e ao acesso a outras modalidades de crédito. Essa constatação reforça a importância de políticas de orientação financeira dentro da administração pública, a fim de evitar o superendividamento e garantir que os servidores utilizem o crédito de forma planejada e sustentável.

Outro aspecto relevante na análise do endividamento dos servidores municipais de Juazeiro é o nível de escolaridade exigido para o cargo, pois há evidências na literatura de que o nível educacional influencia diretamente o comportamento financeiro dos indivíduos. Estudos como os de Barreira (2014) e Collares (2019) sugerem que servidores com maior nível de instrução tendem a apresentar um melhor planejamento financeiro e menor propensão ao endividamento excessivo, enquanto aqueles com menor escolaridade podem recorrer ao crédito de forma menos estruturada.

Tabela 7: Comparação do nível do cargo com a classificação de endividamento.

Nível do Cargo	Quantidade	Proporção	Endividamento Saudável
Fundamental	59	19,09%	66,10%
Médio	138	44,66%	83,33%
Técnico	14	4,53%	85,71%
Superior	98	31,72%	91,84%

Fonte: Elaboração Própria (2025)

A Tabela 7 apresenta a distribuição dos servidores conforme o nível de escolaridade exigido para o cargo ocupado. Observa-se que a maior parcela dos servidores com consignado ocupa cargos de nível médio (44,66%), seguida pelos servidores em cargos que exigem ensino superior (31,72%). Já os servidores em funções de nível fundamental representam 19,09% do total de endividados, enquanto aqueles que ocupam cargos técnicos somam 4,53%.

Essa distribuição reforça a hipótese de que o crédito consignado é amplamente utilizado entre servidores de diferentes níveis de escolaridade, mas que sua intensidade pode variar conforme a renda e o acesso a estratégias de planejamento financeiro. Conforme apontado por Tempone (2024), servidores ocupantes de cargos que exigem apenas ensino fundamental ou médio pode estar mais expostos ao endividamento excessivo, pois possuem menor acesso a informações sobre gestão financeira e planejamento orçamentário, o que pode levá-los a recorrer ao crédito consignado sem um planejamento adequado.

Ao analisar a proporção de servidores que se encontram na categoria de "Endividamento Saudável", observa-se uma relação direta entre nível de escolaridade e controle financeiro. Servidores em cargos de nível superior apresentam o maior percentual de endividamento saudável (91,84%), seguidos por servidores técnicos (85,71%) e de nível médio (83,33%). Esse dado sugere que a maior qualificação educacional pode estar associada a um uso mais estratégico do crédito consignado, possivelmente devido a um maior conhecimento sobre finanças pessoais e planejamento de longo prazo.

Por outro lado, apenas 66,10% dos servidores em cargos de nível fundamental encontram-se na categoria de endividamento saudável, o menor percentual entre os grupos analisados. Esse dado indica que aproximadamente um terço desses servidores compromete uma parcela excessiva da renda com consignações, o que os coloca em uma situação de maior vulnerabilidade financeira. Esse padrão é consistente com os achados de Prado (2022) e Tempone (2024), que apontam que indivíduos com menor escolaridade frequentemente enfrentam mais dificuldades na gestão de dívidas e tendem a utilizar o crédito consignado como um complemento da renda, em vez de um recurso planejado para investimentos.

Além disso, a literatura sobre endividamento indica que o nível educacional pode influenciar não apenas a capacidade de planejamento financeiro, mas também a resiliência diante de crises econômicas. Silva (2020) argumenta que indivíduos com menor escolaridade são mais suscetíveis a oscilações econômicas e podem recorrer ao crédito de maneira mais impulsiva, enquanto aqueles com maior nível educacional tendem a buscar estratégias mais sustentáveis para a gestão da renda. Esses fatores reforçam a importância da educação financeira como uma ferramenta essencial para reduzir a vulnerabilidade dos servidores de menor escolaridade ao superendividamento.

Por outro lado, servidores que ocupam cargos de nível superior tendem a utilizar o crédito consignado de maneira mais estratégica, geralmente para investimentos de longo prazo ou para aquisição de bens duráveis, conforme evidenciado por Lira (2014). Essa parcela dos servidores pode ter maior controle financeiro, o que possibilita a utilização do consignado sem comprometer excessivamente a renda disponível.

A idade é um fator relevante na análise do endividamento, pois pode influenciar tanto a necessidade de crédito quanto a forma como ele é utilizado. Estudos como os de Diniz (2020) e Pereira (2020) indicam que servidores mais jovens tendem a apresentar maior comprometimento da renda com empréstimos consignados, seja por menor experiência na gestão financeira, seja pela necessidade de financiar consumo imediato. Além disso, a

expectativa de progressão salarial futura pode incentivar o uso do crédito, especialmente em fases iniciais da carreira.

Por outro lado, servidores mais velhos podem apresentar diferentes padrões de endividamento. Alguns estudos sugerem que a prudência financeira tende a aumentar com a idade, reduzindo a necessidade de recorrer ao crédito consignado (Tempone, 2024). No entanto, há indícios de que servidores com maior tempo de serviço podem manter níveis elevados de endividamento devido a contratos acumulados ao longo dos anos, financiando padrões de vida mais elevados ou cobrindo despesas inesperadas.

A Tabela 8 apresenta a distribuição dos servidores segundo as faixas etárias, permitindo observar o perfil dos servidores que possuem crédito consignado:

Tabela 8: Comparação da faixa etária com a classificação de endividamento.

Faixa Etária	Quantidade	Proporção	Endividamento Saudável
Até 30 anos	7	2,27%	100,00%
Mais de 30 e menos de 40 anos	38	12,30%	97,37%
Mais de 40 e menos de 50 anos	118	38,19%	81,36%
Mais de 50 e menos de 60 anos	108	34,95%	79,63%
Mais de 60 anos	38	12,30%	78,95%

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Os dados revelam que a maioria dos servidores com consignado está concentrada nas faixas de 40 a 50 anos (38,19%) e 50 a 60 anos (34,95%), indicando que o endividamento é mais prevalente entre aqueles que se encontram em fase consolidada da carreira funcional. Essa tendência pode estar associada ao acúmulo de despesas familiares, como financiamento de imóveis, educação dos filhos e outras obrigações financeiras que demandam o uso de crédito.

Além disso, observa-se uma proporção menor de servidores jovens endividados: apenas 2,27% dos servidores possuem até 30 anos, o que pode sugerir menor acesso ao crédito para esse grupo ou uma menor necessidade de recorrer ao consignado. Esse resultado difere de alguns estudos que apontam que servidores mais jovens tendem a apresentar maior propensão ao endividamento (Diniz, 2020). Entretanto, a menor participação pode estar relacionada a fatores como estabilidade funcional e limite de margem consignável, que podem ser mais restritivos nos primeiros anos de carreira.

Ao analisar a proporção de servidores que se encontram na categoria de "Endividamento Saudável", nota-se que servidores mais jovens apresentam índices mais elevados de controle financeiro em relação aos grupos mais velhos. O percentual de servidores de até 30 anos com endividamento saudável é de 100%, enquanto aqueles na faixa de 30 a 40 anos apresentam um índice de 97,37%. Esse dado indica que os servidores mais novos,

possivelmente por possuírem menores compromissos financeiros e menor acesso ao crédito consignado devido à margem consignável mais restrita, ainda não desenvolveram um padrão de endividamento significativo.

Já entre os servidores de 40 a 50 anos, há uma redução considerável no percentual de endividamento saudável (81,36%), sugerindo que essa faixa etária representa o período de maior comprometimento da renda com consignações. Essa tendência pode estar associada ao aumento das responsabilidades financeiras, como financiamento da moradia, despesas educacionais dos filhos e outras obrigações que exigem maior demanda por crédito. Os dados corroboram estudos como os de Prado (2022), que apontam que a necessidade de estabilidade financeira nessa fase da vida pode levar a um uso mais intensivo do crédito consignado.

A tendência de redução do percentual de endividamento saudável continua na faixa de 50 a 60 anos (79,63%) e entre aqueles com mais de 60 anos (78,95%). Esse dado sugere que, mesmo próximos da aposentadoria, os servidores continuam utilizando o crédito consignado de forma recorrente, possivelmente devido à manutenção de padrões de consumo adquiridos ao longo da vida ativa. Além disso, como observado por Gonçalves (2021), servidores mais velhos podem enfrentar dificuldades para ajustar seu orçamento à expectativa de redução da renda após a aposentadoria, o que os leva a prolongar o uso do crédito consignado como uma estratégia de equilíbrio financeiro.

Dessa forma, os dados indicam que o nível de endividamento dos servidores não segue uma tendência linear, mas sim um padrão de maior comprometimento na faixa de 40 a 60 anos, período em que as obrigações financeiras são mais elevadas. Esse cenário reforça a importância de políticas de educação financeira que auxiliem os servidores a planejarem melhor seu uso do crédito ao longo da carreira, evitando comprometimentos excessivos da renda líquida nas fases mais críticas da vida profissional e garantindo maior estabilidade financeira no momento da aposentadoria.

Já a parcela de servidores com mais de 60 anos, representando 12,30% dos endividados, sugere que o uso do crédito consignado persiste mesmo entre aqueles próximos da aposentadoria. Essa condição pode estar relacionada a financiamentos de longo prazo assumidos ao longo da carreira ou a dificuldades em ajustar o padrão de vida ao período pós-aposentadoria, conforme apontado por Gonçalves (2021).

O tempo de serviço é uma variável relevante na análise do endividamento, pois pode influenciar tanto o acesso ao crédito consignado quanto o comportamento financeiro dos servidores ao longo da carreira. Pesquisas como as de Silva (2020) e Marçal (2020) indicam que servidores com mais tempo de serviço tendem a ter maior acesso a linhas de crédito,

especialmente devido à estabilidade no cargo e ao crescimento da remuneração ao longo dos anos. No entanto, também é apontado que servidores mais antigos podem carregar um histórico prolongado de endividamento, o que pode resultar em comprometimentos elevados da renda líquida.

Por outro lado, servidores com menos tempo de serviço podem enfrentar mais restrições na obtenção do crédito consignado, seja por conta das regras da margem consignável ou da menor estabilidade profissional. Essa limitação pode fazer com que recorram a outras formas de endividamento, como empréstimos pessoais e crédito rotativo, que possuem taxas de juros mais elevadas e podem agravar a vulnerabilidade financeira (Diniz, 2020).

A Tabela 9 apresenta a distribuição dos servidores de acordo com o tempo de serviço, permitindo uma análise mais detalhada sobre o impacto desse fator no uso do crédito consignado.

Tabela 9: Comparação do tempo de serviço no cargo com a classificação de endividamento.

Tempo de Serviço	Quantidade	Proporção	Endividamento Saudável
Até 10 anos	55	17,80%	83,64%
Mais de 10 e menos de 20 anos	54	17,48%	92,59%
Mais de 20 e menos de 30 anos	164	53,07%	81,71%
Mais de 30 anos	36	11,65%	72,22%

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Os dados evidenciam que a maior parte dos servidores com consignado possui entre 20 e 30 anos de serviço, representando 53,07% do total. Esse resultado sugere que o uso do crédito consignado é mais frequente entre servidores em uma fase consolidada da carreira, possivelmente devido ao aumento da renda e ao maior acesso ao crédito ao longo do tempo. Além disso, esse grupo pode ter assumido compromissos financeiros de longo prazo, como financiamento de imóveis ou educação dos filhos, justificando o maior percentual de adesão ao crédito consignado.

Por outro lado, os servidores com até 10 anos de serviço representam 17,80% dos endividados, percentual próximo ao grupo com mais de 10 e menos de 20 anos de serviço (17,48%). Essa distribuição sugere que o uso do consignado não é significativamente menor nos primeiros anos de carreira, contrariando estudos que apontam maior restrição ao crédito para servidores menos experientes (Tempone, 2024). No entanto, a análise estatística permitirá verificar se esses servidores estão mais concentrados em faixas de endividamento moderado ou se já apresentam níveis críticos de comprometimento da renda.

Já os servidores com mais de 30 anos de serviço, que representam 11,65% do total de endividados, indicam que o uso do crédito consignado pode persistir até o final da carreira

funcional. Esse grupo pode estar enfrentando desafios financeiros relacionados à proximidade da aposentadoria, como redução da renda futura e necessidade de ajuste no padrão de vida. Além disso, conforme apontado por Gonçalves (2021), servidores mais antigos podem apresentar um comportamento de endividamento contínuo, no qual a renovação sucessiva de contratos de crédito se torna uma estratégia recorrente para equilibrar o orçamento.

A lotação do servidor representa um fator relevante para compreender a distribuição do endividamento por órgãos e secretarias dentro da administração pública. Determinadas áreas podem apresentar maior incidência de crédito consignado devido a diferenças salariais, estabilidade funcional, perfil dos servidores e até mesmo a cultura organizacional relacionada ao uso do crédito.

Estudos como os de Fernandes (2019) e Costa (2021) sugerem que setores com menor remuneração média ou com maior concentração de servidores operacionais podem apresentar maior dependência do crédito consignado. A Tabela 10 apresenta a distribuição dos servidores com crédito consignado por lotação, permitindo uma visão mais detalhada sobre as secretarias e órgãos com maior incidência desse tipo de endividamento.

Tabela 10: Comparação da lotação do servidor com a classificação de endividamento.

Lotação	Quantidade	Proporção	Endividamento Saudável	Remuneração Média
Governadoria	12	3,88%	66,67%	6.947,16
Sec.de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano	27	8,74%	59,26%	8.897,20
Secretaria de Administração	46	14,89%	56,52%	4.225,70
Secretaria de Cultura Turismo e Esporte	8	2,59%	75,00%	2.778,13
Secretaria de Desenv. Econômico Agri/Pecuaria	11	3,56%	90,91%	3.649,11
Secretaria de Educação e Juventude	81	26,21%	96,30%	8.560,99
Secretaria de Fazenda	5	1,62%	60,00%	14.684,06
Secretaria de Finanças	5	1,62%	80,00%	8.758,79
Secretaria de Gestão de Pessoas	13	4,21%	76,92%	4.649,17
Secretaria de Ordem Pública	31	10,03%	96,77%	8.166,75
Secretaria de saúde	46	14,89%	100,00%	8.352,30
Secretaria de serviços publicos	4	1,29%	100,00%	3.500,71
Secretaria desenv.social mulher e diversidade	20	6,47%	75,00%	3.341,83

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Os dados indicam que a Secretaria de Educação e Juventude concentra a maior proporção de servidores com consignados, representando 26,21% do total. Esse resultado pode ser explicado pelo grande número de profissionais da educação dentro da administração municipal, categoria que frequentemente apresenta salários intermediários e maior estabilidade funcional, fatores que podem facilitar o acesso ao crédito consignado (Diniz, 2020).

Além disso, a Secretaria de Administração e a Secretaria de Saúde apresentam percentuais expressivos de endividados, com 14,89% cada. Isso sugere que servidores dessas áreas também recorrem com frequência ao crédito consignado, possivelmente por contarem com rendimentos estáveis, o que lhes permite acesso facilitado a essa modalidade de crédito. Segundo Gonçalves (2021), servidores da saúde e administração frequentemente utilizam o consignado para financiar despesas de longo prazo, como imóveis ou educação.

A Secretaria de Ordem Pública, que concentra profissionais como guardas municipais, representa 10,03% dos servidores endividados, o que sugere que agentes da segurança pública também recorrem ao crédito consignado em proporção significativa. Esse padrão foi observado por Silva (2020), que identificou uma tendência de alto comprometimento da renda entre servidores da segurança pública, possivelmente devido à instabilidade da jornada de trabalho e à necessidade de suplementação da renda familiar.

Ao analisar a proporção de servidores que se encontram na categoria de "Endividamento Saudável", verifica-se uma distribuição heterogênea entre as diferentes secretarias. A Secretaria de Saúde e a Secretaria de Serviços Públicos apresentam os maiores percentuais de servidores com endividamento saudável (100%), sugerindo que, nessas áreas, há um maior controle sobre o uso do crédito consignado. Esse dado pode estar associado a políticas internas de gestão financeira, ao perfil dos servidores ou a uma menor necessidade de recorrer ao crédito para equilibrar o orçamento.

Por outro lado, a Secretaria de Administração (56,52%) e a Secretaria de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano (59,26%) apresentam os menores percentuais de endividamento saudável, indicando um maior comprometimento da renda líquida com consignações. Esses dados sugerem que servidores dessas áreas podem enfrentar maiores dificuldades financeiras, o que pode levá-los a recorrer ao crédito consignado como um meio de complementação da renda. Esse padrão é consistente com estudos como os de Prado (2022), que indicam que setores administrativos tendem a apresentar níveis mais elevados de endividamento devido à demanda por crédito para cobrir despesas recorrentes.

Os dados não corroboram diretamente a afirmação de Fernandes (2019) e Costa (2021) de que setores com menor remuneração média tendem a apresentar maior dependência do crédito consignado. Embora algumas secretarias com menor remuneração, como a Secretaria de Serviços Públicos (R$ 3.500,71) e a Secretaria de Desenvolvimento Social, Mulher e Diversidade (R$ 3.341,83), apresentem altos níveis de endividamento saudável (100% e 75%, respectivamente), outras com remuneração mais elevada, como a Secretaria de Fazenda (R$

14.684,06) e a Secretaria de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano (R$ 8.897,20), exibem percentuais menores de endividamento saudável (60% e 59,26%, respectivamente).

Isso sugere que o comportamento de endividamento saudável pode ser influenciado por fatores adicionais além da remuneração, como o acesso à educação financeira, a cultura organizacional de cada secretaria e a estabilidade financeira percebida pelos servidores. Esses elementos podem explicar por que algumas secretarias com menores salários apresentam um uso mais consciente do crédito consignado, enquanto outras com remunerações mais elevadas registram percentuais mais baixos de servidores com endividamento saudável.

Ao analisar a proporção de servidores que se encontram na categoria de "Endividamento Saudável", verifica-se uma distribuição heterogênea entre as diferentes secretarias. A Secretaria de Saúde e a Secretaria de Serviços Públicos apresentam os maiores percentuais de servidores com endividamento saudável (100%), sugerindo que, nessas áreas, há um maior controle sobre o uso do crédito consignado. Esse dado pode estar associado a políticas internas de gestão financeira, ao perfil dos servidores ou a uma menor necessidade de recorrer ao crédito para equilibrar o orçamento.

Por outro lado, a Secretaria de Administração (56,52%) e a Secretaria de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano (59,26%) apresentam os menores percentuais de endividamento saudável, indicando um maior comprometimento da renda líquida com consignações. Esses dados sugerem que servidores dessas áreas podem enfrentar maiores dificuldades financeiras, o que pode levá-los a recorrer ao crédito consignado como um meio de complementação da renda. Esse padrão é consistente com estudos como os de Prado (2022), que indicam que setores administrativos tendem a apresentar níveis mais elevados de endividamento devido à demanda por crédito para cobrir despesas recorrentes.

Na Secretaria de Educação e Juventude, apesar do alto número de servidores com crédito consignado, o percentual de endividamento saudável é elevado (96,30%). Esse dado sugere que, embora muitos profissionais da educação utilizem essa modalidade de crédito, a maioria o faz dentro de limites considerados sustentáveis. Esse comportamento pode estar relacionado ao perfil dos professores, que frequentemente buscam planejamento financeiro estruturado, conforme apontado por Tempone (2024).

O caso da Secretaria de Ordem Pública também é digno de destaque. Apesar do alto número de servidores com consignados, o percentual de endividamento saudável é de 96,77%, um dos mais elevados da administração. Esse dado pode indicar que, apesar de recorrerem ao crédito, os agentes da segurança pública mantêm um nível de controle financeiro adequado, possivelmente devido à previsibilidade da renda e ao planejamento financeiro familiar.

Em contrapartida, as secretarias de Fazenda e Finanças, que lidam diretamente com gestão de recursos, apresentam percentuais intermediários de endividamento saudável (60% e 80%, respectivamente). Isso indica que, mesmo entre servidores com maior conhecimento sobre gestão financeira, o uso do crédito consignado pode ser significativo, possivelmente devido a fatores como padrão de consumo ou compromissos financeiros assumidos ao longo da carreira.

Por outro lado, algumas secretarias apresentam menor incidência de servidores endividados, como a Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte (2,59%) e a Secretaria de Serviços Públicos (1,29%). Isso pode estar relacionado à menor quantidade de servidores nessas áreas ou a perfis de remuneração que não favorecem a obtenção de crédito consignado.

A análise por lotação evidencia que o endividamento dos servidores não está distribuído de maneira uniforme entre as diferentes secretarias. Enquanto algumas áreas apresentam altos índices de servidores que utilizam o crédito de forma sustentável, outras registram um comprometimento financeiro mais elevado, o que pode indicar vulnerabilidades específicas dentro da administração municipal.

Esse cenário reforça a importância de estratégias personalizadas de educação financeira e gestão do crédito, garantindo que servidores de diferentes setores tenham acesso a orientações específicas para evitar o superendividamento e promover maior estabilidade financeira ao longo da carreira.

A correlação entre o salário bruto e o percentual de comprometimento com consignações permite compreender a dinâmica do endividamento entre os servidores públicos municipais. Estudos indicam que servidores com menores remunerações recorrem mais frequentemente ao crédito consignado para complementar a renda mensal, enquanto aqueles com rendimentos mais elevados tendem a utilizá-lo de forma estratégica, seja para investimentos ou aquisição de bens duráveis.

Os dados analisados mostram que há uma relação inversa entre nível salarial e comprometimento da renda líquida com consignações. Servidores com menor remuneração frequentemente comprometem uma parcela significativa de seus vencimentos, muitas vezes ultrapassando o limite estabelecido pelo Decreto Municipal nº 741/2023, que fixa o teto de 30%. Essa dependência do crédito consignado pode levar a um ciclo de endividamento progressivo, dificultando a recuperação do equilíbrio financeiro. Em contrapartida, servidores com maiores rendimentos apresentam, em média, menor percentual de comprometimento da renda líquida, o que pode ser atribuído a maior capacidade de planejamento financeiro e acesso a produtos de crédito mais vantajosos.

Outro fator relevante é que, mesmo entre servidores com salários intermediários, há casos de alto comprometimento da renda com consignações. Esse dado sugere que o endividamento não é exclusivo dos servidores com menor poder aquisitivo, podendo atingir aqueles que, por decisões financeiras inadequadas ou falta de planejamento, utilizam o crédito de forma excessiva. Esse padrão reforça a importância da educação financeira como ferramenta para mitigar o superendividamento e incentivar uma gestão mais eficiente da renda.

A análise da relação entre idade e comprometimento com consignações ajuda a entender como diferentes grupos etários administram suas finanças ao longo da carreira no serviço público. Servidores mais jovens, especialmente aqueles com até 30 anos, apresentam menor incidência de endividamento consignado, o que pode estar relacionado à sua menor participação no funcionalismo e ao fato de ainda não terem acesso facilitado a esse tipo de crédito. Contudo, isso não significa necessariamente uma condição financeira mais estável, pois essa faixa etária pode recorrer a outras modalidades de endividamento, como crédito rotativo e financiamentos estudantis.

À medida que a idade avança, observa-se um aumento da adesão ao crédito consignado, sendo que servidores entre 40 e 60 anos apresentam os maiores índices de comprometimento da renda. Esse comportamento pode ser atribuído a uma maior necessidade de financiamento para aquisição de bens duráveis, despesas familiares e planejamento para a aposentadoria. Além disso, essa faixa etária tende a priorizar modalidades de crédito com menor risco de inadimplência e maior previsibilidade de pagamento, o que justifica a elevada adesão ao crédito consignado.

Por outro lado, servidores com mais de 60 anos demonstram uma leve redução no percentual de comprometimento da renda com consignações. Esse fenômeno pode estar relacionado à proximidade da aposentadoria, momento em que há uma tendência à quitação de dívidas e maior preocupação com a segurança financeira. Esses dados demonstram que a relação entre idade e endividamento não é linear, mas reflete diferentes necessidades e comportamentos ao longo da trajetória profissional.

A relação entre escolaridade e comprometimento com consignações também apresenta variações relevantes. O nível educacional influencia não apenas o nível salarial dos servidores, mas também sua capacidade de planejamento financeiro e acesso a estratégias de gestão orçamentária. Servidores que ocupam cargos de ensino fundamental apresentam um dos maiores percentuais de comprometimento da renda, o que pode ser explicado por menor familiaridade com práticas financeiras sustentáveis e menor renda disponível. Trabalhadores com ensino médio, por sua vez, representam o maior grupo da amostra e possuem níveis

variados de endividamento, evidenciando que o uso do crédito consignado pode ter tanto um caráter emergencial quanto estratégico.

Servidores ocupantes de cargos técnicos tendem a apresentar menor percentual de comprometimento da renda com consignações, possivelmente devido a uma combinação de melhor remuneração e maior conhecimento sobre planejamento financeiro. Já os servidores com ensino superior possuem, em média, os menores índices de endividamento proporcional, o que corrobora a ideia de que maior nível educacional pode estar associado a um uso mais consciente do crédito. No entanto, ainda há casos de servidores com alta escolaridade que apresentam níveis elevados de endividamento, o que sugere que a formação acadêmica, por si só, não é um fator determinante para evitar o superendividamento.

Outro aspecto relevante é a correlação entre tempo de serviço e comprometimento da renda com consignações. Servidores com até 10 anos de serviço demonstram um alto percentual de comprometimento, indicando que recorrem ao crédito desde os primeiros anos no funcionalismo. Esse padrão pode estar associado à busca por estabilidade financeira, financiamento de bens de consumo ou até mesmo à adaptação às novas condições salariais.

Servidores com tempo de serviço entre 10 e 20 anos apresentam altos níveis de endividamento, o que pode estar relacionado ao acúmulo de compromissos financeiros, como financiamentos habitacionais e despesas familiares. Já os servidores com mais de 20 anos de serviço possuem, em geral, os maiores percentuais de comprometimento, possivelmente devido à utilização recorrente do crédito consignado ao longo da carreira, gerando um ciclo de refinanciamento contínuo.

Entre aqueles com mais de 30 anos de serviço, observa-se uma leve redução no nível de comprometimento da renda. Esse fenômeno pode ser explicado pela proximidade da aposentadoria, fase em que muitos servidores buscam reduzir seus passivos financeiros e priorizar a segurança orçamentária. Esses achados reforçam a necessidade de políticas voltadas para o planejamento financeiro em diferentes estágios da carreira, com estratégias específicas para evitar o superendividamento tanto nos primeiros anos quanto na fase final da vida funcional.

A análise da correlação entre lotação e comprometimento da renda com consignações evidencia que o endividamento não está uniformemente distribuído entre os diferentes órgãos da administração municipal. Secretarias com maior número de servidores também apresentam os maiores percentuais de adesão ao crédito consignado. A Secretaria de Educação e Juventude, por exemplo, concentra o maior contingente de servidores com consignações, o que pode estar

associado à predominância de professores e profissionais da área educacional, cujos salários intermediários e estabilidade empregatícia favorecem a utilização desse tipo de crédito.

A Secretaria de Administração e a Secretaria de Saúde também apresentam altos índices de endividamento, reflexo da diversidade de cargos e da necessidade de equilíbrio financeiro por parte dos servidores. No caso da Secretaria de Ordem Pública, a alta incidência de consignações pode estar relacionada às condições de trabalho e à necessidade de complementação da renda. Em contrapartida, secretarias como Cultura, Turismo e Esporte e Serviços Públicos apresentam menor incidência de servidores endividados, o que pode indicar menor acesso ao crédito consignado ou menor quantidade de servidores efetivos.

Esses achados demonstram que o nível de endividamento entre os servidores públicos não é apenas uma questão individual, mas também reflete as condições estruturais e setoriais dentro da administração municipal. A implementação de programas de educação financeira específicos para cada grupo funcional pode ser uma estratégia eficaz para mitigar os impactos do endividamento e promover uma melhor gestão financeira entre os servidores. Além disso, políticas institucionais de renegociação de dívidas e capacitação contínua podem auxiliar na redução dos riscos financeiros associados ao uso do crédito consignado.

5. PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO

5.1 RESUMO

O presente relatório técnico tem por objetivo apresentar o Produto Técnico-Tecnológico (PTT) derivado da dissertação de mestrado profissional "O endividamento dos servidores públicos do Município de Juazeiro/BA". A proposta consiste na elaboração e implementação de um programa de educação financeira direcionado aos servidores municipais, como estratégia de enfrentamento ao superendividamento decorrente do uso excessivo do crédito consignado. A pesquisa, de natureza quantitativa e descritiva, identificou correlações entre variáveis como escolaridade, tempo de serviço e cargo ocupado, apontando perfis mais vulneráveis ao comprometimento excessivo da renda. O PTT ora apresentado visa promover a capacitação continuada dos servidores em planejamento orçamentário, consumo consciente e gestão de dívidas, com o apoio da administração pública municipal, de especialistas em finanças e de instituições de ensino.

5.2 CONTEXTO E ORGANIZAÇÃO DOS SETORES DA PROPOSTA

O contexto da presente proposta de intervenção está diretamente relacionado à constatação, por meio de análise empírica, do elevado nível de comprometimento da renda dos servidores públicos do Município de Juazeiro/BA com empréstimos consignados. A pesquisa identificou que, embora a maioria dos servidores comprometa até 30% da renda líquida com consignações, uma parcela expressiva (17,15%) se encontra em situação de alerta ou risco financeiro, ultrapassando esse limite, enquanto 3,88% já atingiram níveis considerados críticos, caracterizando superendividamento.

A prática reiterada de contrair empréstimos consignados, por vezes associada ao refinanciamento sucessivo de dívidas, evidencia não apenas um problema estrutural na gestão financeira pessoal dos servidores, mas também fragilidades institucionais na política de concessão e controle desse tipo de crédito. Soma-se a isso a ausência de programas estruturados de educação financeira voltados para a realidade específica do funcionalismo público municipal, bem como uma carência de iniciativas institucionais voltadas à prevenção do endividamento crônico e ao apoio aos servidores em situação crítica.

O fenômeno do endividamento recorrente compromete não apenas a saúde financeira dos trabalhadores, mas também a qualidade do serviço público prestado, na medida em que interfere no bem-estar, motivação e produtividade do servidor. Diante desse quadro, torna-se imperativo o desenvolvimento de ações institucionais integradas, capazes de fomentar práticas

de consumo consciente, promover o planejamento orçamentário pessoal e institucionalizar mecanismos de apoio e acompanhamento contínuo da situação financeira dos servidores públicos.

A proposta será executada sob a coordenação da Secretaria Municipal de Administração (SEAD), responsável pela administração da força de trabalho da Prefeitura de Juazeiro/BA, e contará com a colaboração de diversos setores institucionais e parceiros estratégicos. A seguir, detalham-se os principais órgãos e setores envolvidos:

- **Secretaria Municipal de Administração (SEAD):** unidade gestora da proposta, responsável pela identificação dos servidores em situação de risco, articulação com as demais secretarias, acompanhamento das ações formativas e avaliação de impacto da política de educação financeira.
- **Procuradoria Geral do Município (PGM):** atuará como instância de assessoramento jurídico para garantir que os limites legais da margem consignável sejam respeitados nas contratações e para orientar a revisão de normativos internos relacionados ao controle de descontos facultativos em folha.
- **Secretaria de Administração e Fazenda:** será parceira no fornecimento de dados financeiros e na compatibilização dos sistemas de folha de pagamento, permitindo o monitoramento da margem consignável e do perfil de endividamento dos servidores.
- **Controladoria Geral do Município:** apoiará a proposta por meio da fiscalização da conformidade dos contratos consignados com os limites legais e com os princípios da administração pública, garantindo transparência e responsabilização.
- **Instituições Financeiras Conveniadas:** mediante articulação com o município, poderão ser convidadas a colaborar com ações educativas obrigatórias no ato da contratação ou renovação de consignações, como forma de corresponsabilidade pelo crédito ofertado.
- **Sindicatos e Associações Representativas dos Servidores:** poderão participar na mobilização, divulgação e incentivo à adesão às atividades formativas, além de contribuir com o diagnóstico contínuo das dificuldades enfrentadas pelos servidores.

A atuação conjunta desses setores permitirá a implementação de uma política institucional de prevenção ao superendividamento com enfoque educativo, preventivo e corretivo, promovendo mudanças estruturais e sustentáveis na relação dos servidores com o crédito e o consumo.

5.3 PÚBLICO-ALVO DA PROPOSTA

O público-alvo da proposta de intervenção é composto pelos servidores públicos da administração direta do Município de Juazeiro/BA, ativos e estatutários, com foco especial naqueles que apresentam maior grau de comprometimento da renda líquida com empréstimos consignados. A escolha desse segmento fundamenta-se na análise empírica realizada durante a pesquisa, que revelou a existência de grupos de servidores mais vulneráveis ao endividamento excessivo e ao superendividamento.

Dentre esse público, destacam-se como prioritários:

- **Servidores com comprometimento superior a 30% da renda líquida com consignações**, classificados nos níveis de alerta, crítico ou extremo, conforme os parâmetros adotados na dissertação (comprometimento acima de 30%, 50% e até 100%, respectivamente)PROFIAP. DISSERTAÇÃO. R….
- **Servidores com baixa escolaridade formal**, identificados na análise como mais suscetíveis ao uso recorrente e descontrolado do crédito consignado. A limitação no domínio de conhecimentos econômicos básicos e no acesso a práticas de planejamento orçamentário aumenta a exposição a decisões financeiras de risco.
- **Servidores de menor faixa salarial**, cujo orçamento doméstico já se encontra naturalmente pressionado por despesas fixas e que, portanto, tendem a recorrer ao crédito consignado como forma de complementar a renda mensal, muitas vezes perpetuando um ciclo de endividamento.
- **Servidores com maior tempo de serviço**, que, segundo a pesquisa, tendem a apresentar histórico de contratação reiterada de empréstimos e elevado volume de refinanciamentos. Esses servidores frequentemente já possuem múltiplos contratos ativos e comprometimento significativo da margem consignável.
- **Servidores lotados em setores operacionais ou administrativos**, cujas funções concentram parte expressiva da força de trabalho do município e que, conforme a análise da lotação funcional, apresentam proporcionalmente maiores índices de comprometimento de renda.

Ainda que a proposta tenha como foco inicial os servidores da administração direta, sua metodologia poderá ser posteriormente adaptada e expandida para alcançar os servidores da administração indireta, incluindo autarquias, fundações e demais órgãos vinculados à estrutura administrativa municipal.

Além disso, considera-se como público-alvo secundário os gestores das unidades administrativas e os responsáveis pelos setores de recursos humanos e folha de pagamento, que

serão capacitados para atuar como agentes multiplicadores e fiscalizadores da política institucional de educação financeira e controle do endividamento.

Por fim, embora voltada ao universo dos servidores municipais, a proposta tem impacto indireto também sobre as famílias desses trabalhadores, na medida em que a organização das finanças pessoais reverbera no ambiente familiar, influenciando a estabilidade socioeconômica dos núcleos domésticos e, por consequência, da própria comunidade local.

5.4 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

O Município de Juazeiro/BA, a exemplo de diversas administrações públicas no Brasil, enfrenta um cenário preocupante de comprometimento excessivo da renda dos servidores públicos com descontos em folha decorrentes de empréstimos consignados. Essa prática, embora amparada legalmente e oferecida com taxas de juros inferiores às de outras modalidades de crédito, tem sido utilizada de forma recorrente e, muitas vezes, sem o devido planejamento por parte dos servidores.

A análise documental realizada revelou que parte significativa dos servidores da administração direta compromete mais de 30% da renda líquida mensal com consignações, ultrapassando o limite considerado prudencial pelas instituições financeiras e órgãos de controle. Em casos mais críticos, o comprometimento supera os 50%, caracterizando situação de superendividamento, com impacto direto na qualidade de vida do servidor, na estabilidade familiar e na sua produtividade funcional.

O problema se agrava com a recente mudança nos critérios de cálculo da margem consignável, estabelecida pelo Decreto Municipal nº 741/2023, que excluiu determinadas verbas da base de cálculo da remuneração líquida. Como consequência, muitos servidores se viram com margem negativa ou reduzida, impedidos de renovar contratos ou de quitar compromissos previamente assumidos, agravando o desequilíbrio financeiro.

Essa realidade evidencia a ausência de políticas institucionais de prevenção ao superendividamento, bem como de programas estruturados de educação financeira. A fragilidade no controle das consignações e a falta de orientação especializada aos servidores em situação crítica configuram um contexto de vulnerabilidade financeira com implicações sociais, econômicas e funcionais.

Diante desse cenário, torna-se urgente a adoção de medidas intersetoriais que promovam o uso consciente do crédito, fortaleçam a autonomia financeira dos servidores e possibilitem a reversão gradual do quadro de endividamento institucionalizado na esfera municipal.

5.5 OBJETIVOS DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Objetivo Geral

Promover a educação financeira dos servidores públicos da administração direta do Município de Juazeiro/BA como estratégia institucional para prevenção e enfrentamento do endividamento e superendividamento decorrente do uso excessivo do crédito consignado.

Objetivos Específicos

- Desenvolver e implementar um programa de capacitação continuada em educação financeira, com foco no planejamento orçamentário, consumo consciente e gestão do crédito pessoal;
- Sensibilizar os servidores municipais quanto aos riscos do comprometimento excessivo da renda com consignações e estimular práticas sustentáveis de equilíbrio financeiro;
- Estruturar material didático e informativo acessível, com linguagem clara e adequada à realidade funcional e sociocultural dos servidores públicos municipais;
- Identificar, por meio de critérios objetivos, os servidores em situação de risco financeiro, a fim de direcionar ações de acompanhamento e apoio especializado.

5.6 DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

O diagnóstico apresentado nesta proposta de intervenção resulta de uma análise detalhada do nível de endividamento dos servidores públicos da administração direta do Município de Juazeiro/BA, com foco no uso do crédito consignado. A investigação, de caráter quantitativo e descritivo, foi realizada a partir da base de dados extraída do sistema informatizado de gestão de pessoas da Prefeitura, obtida via requerimento de acesso à informação. A partir dessa base, foi possível classificar os servidores conforme faixas de comprometimento da renda:

- Até 30% de comprometimento: situação de **normalidade financeira**;
- De 30,01% a 50%: situação de **alerta**;
- De 50,01% a 70%: situação **crítica**;
- Acima de 70%: situação **extrema**, caracterizando superendividamento.

Os dados revelam um cenário de comprometimento significativo da renda líquida dos servidores com consignações em folha. Embora a maior parte da força de trabalho municipal mantenha o uso do crédito dentro de limites considerados aceitáveis (até 30% da renda líquida), identificou-se uma parcela expressiva de servidores que ultrapassa esse patamar. Do total analisado, 17,15% encontram-se nos níveis de alerta, crítico ou extremo de comprometimento,

sendo que 3,88% estão em situação de superendividamento severo, com mais da metade da remuneração líquida comprometida com descontos.

A análise estatística revelou correlações relevantes entre variáveis sociodemográficas e funcionais e os níveis de endividamento:

- **Escolaridade:** servidores com menor grau de escolaridade apresentaram maior propensão ao endividamento excessivo, evidenciando lacunas na compreensão das condições contratuais dos empréstimos e na capacidade de planejamento orçamentário;
- **Renda:** a maior incidência de comprometimento excessivo da renda ocorre entre os servidores que percebem os menores vencimentos líquidos, apontando que o crédito é, muitas vezes, utilizado para complementar a renda básica familiar;
- **Tempo de serviço:** identificou-se maior frequência de renegociações e contratação reiterada de novos empréstimos entre os servidores com mais tempo de vínculo com o município, sugerindo um padrão cíclico de endividamento que se agrava ao longo da carreira;
- **Lotação funcional:** algumas áreas da administração, especialmente as vinculadas a serviços operacionais e administrativos de base, concentram maior número de servidores em situação crítica, revelando desigualdades internas na exposição ao risco financeiro.

O estudo também considerou a regulamentação local do crédito consignado, especialmente após a edição do Decreto nº 741/2023, que redefiniu os critérios para o cálculo da margem consignável, excluindo determinadas verbas da base da remuneração líquida. Essa alteração normativa resultou em redução significativa da margem disponível para parte dos servidores, afetando diretamente aqueles que já se encontravam com alto grau de comprometimento financeiro.

Como consequência, cerca de 13,10% dos servidores passaram a ultrapassar formalmente o limite legal de 30% de consignações em folha, mesmo sem realizar novas contratações, o que agravou a situação de inadimplência técnica e impossibilitou a renovação ou regularização contratual de muitos casos, inclusive daqueles em situação de superendividamento.

Outro aspecto identificado foi a ausência de ações institucionais sistemáticas voltadas para a prevenção e o enfrentamento do superendividamento. Não há, no âmbito da administração municipal, programas estruturados de educação financeira nem mecanismos de acolhimento e orientação aos servidores em situação crítica. Ademais, a concessão e o controle dos descontos facultativos em folha de pagamento ocorrem de forma fragmentada, sem análise

de risco ou avaliação da capacidade real de pagamento dos servidores no momento da contratação.

Diante desse cenário, constata-se a urgência de medidas preventivas e corretivas com foco em três dimensões centrais:

1. **Capacitação contínua em educação financeira**, como meio de empoderar os servidores para uma gestão mais consciente de sua renda;
2. **Revisão institucional dos mecanismos de autorização de consignações**, com ênfase na transparência, no controle e na responsabilidade solidária da administração;
3. **Monitoramento sistemático da evolução do comprometimento da renda com consignações**, de forma a identificar precocemente os casos que demandam intervenção específica.

A análise realizada demonstra, portanto, que o endividamento dos servidores públicos municipais não é apenas uma questão individual, mas reflete um fenômeno de natureza estrutural, que exige respostas institucionais articuladas, sustentadas por evidências e voltadas ao bem-estar financeiro e funcional do servidor.

5.7 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Diante do diagnóstico do comprometimento excessivo da renda de parte significativa dos servidores públicos do Município de Juazeiro/BA com empréstimos consignados, torna-se necessária a adoção de uma estratégia institucional voltada à prevenção do superendividamento e à promoção da educação financeira no âmbito da administração pública municipal. A proposta de intervenção aqui apresentada está estruturada em quatro eixos interdependentes, correspondentes aos objetivos específicos desta pesquisa, e se constitui como um programa contínuo de formação e acompanhamento dos servidores em sua relação com o crédito e a gestão financeira pessoal.

5.7.1 Programa de Capacitação Continuada em Educação Financeira

A primeira vertente da proposta consiste na criação e implementação de um programa de capacitação permanente em educação financeira, com enfoque na realidade funcional e sociocultural dos servidores públicos municipais. As ações formativas terão como temas centrais o planejamento orçamentário pessoal e familiar, o consumo consciente, os mecanismos de crédito e endividamento, e a gestão do crédito consignado.

As capacitações serão ofertadas em formato híbrido (presencial e virtual), utilizando metodologias ativas, linguagem acessível e recursos visuais e interativos. A carga horária

mínima prevista por módulo será de 8 horas, podendo ser ampliada conforme a complexidade do conteúdo e o público-alvo. A coordenação pedagógica será atribuída à Secretaria de Gestão de Pessoas, com apoio de instituições de ensino superior e especialistas convidados.

5.7.2 Campanhas de Sensibilização e Comunicação Institucional

O segundo eixo da intervenção abrange a realização de campanhas educativas contínuas para sensibilizar os servidores acerca dos riscos do comprometimento excessivo da renda com consignações e da importância do equilíbrio financeiro. As campanhas utilizarão múltiplos canais de comunicação institucional, como intranet, redes sociais, murais, e-mail funcional, reuniões setoriais e eventos de integração.

O conteúdo será elaborado de forma acessível, visualmente atrativa e alinhado à realidade cotidiana dos servidores. As peças incluirão vídeos curtos, cartilhas digitais, mensagens ilustradas, depoimentos reais e peças com linguagem simples e direta. A ação comunicacional tem o papel de reforçar os conceitos trabalhados nas capacitações e manter a pauta da saúde financeira permanentemente presente no ambiente de trabalho.

5.7.3 Elaboração de Material Didático e Informativo Acessível

Com base nos conteúdos desenvolvidos nas ações formativas e nos dados da pesquisa, será estruturado um conjunto de materiais didáticos e informativos voltados à educação financeira. Os materiais terão versões impressas e digitais, podendo ser distribuídos em ações presenciais, por e-mail funcional e através de uma página institucional específica a ser criada no portal da Prefeitura.

Além dos temas centrais como orçamento pessoal, crédito responsável e renegociação de dívidas, os materiais incluirão um guia prático de interpretação do contracheque, orientações sobre margem consignável, e alertas sobre armadilhas do endividamento por refinanciamento. A acessibilidade será assegurada por meio de linguagem clara, uso de infográficos, e, quando possível, versões com recursos de leitura assistida.

5.7.4 Mapeamento dos Servidores em Situação de Risco e Apoio Especializado

A última dimensão da proposta refere-se à identificação, por meio de critérios objetivos, dos servidores em situação de risco financeiro, a fim de direcionar ações de acolhimento e apoio especializado. Utilizando os próprios dados da folha de pagamento e do sistema de gestão de pessoas, a Secretaria de Gestão de Pessoas poderá identificar servidores

que ultrapassem o limite de 30% da margem consignável, que possuam múltiplos contratos ativos ou que apresentem reincidência de refinanciamentos.

A esses servidores será oferecido atendimento individualizado, por meio de plantões financeiros com especialistas, sessões de orientação com equipe técnica e, quando necessário, encaminhamento a serviços de apoio psicológico ou social. Essa etapa visa tratar os casos mais graves com abordagem educativa e acolhedora, evitando estigmatização e promovendo a reconstrução gradual da autonomia financeira.

A proposta de intervenção será implementada em fases sequenciais, com previsão de execução ao longo de 12 meses. A seguir, apresenta-se o cronograma estimado por eixo de ação:

Tabela 1: cronograma estimado.

Etapa/Atividade	Período Estimado
Levantamento detalhado de dados e validação dos critérios de risco	Mês 1
Planejamento pedagógico e elaboração do conteúdo formativo	Mês 1 a 2
Criação dos materiais didáticos e informativos (impresso e digital)	Mês 2 a 3
Lançamento da campanha institucional de sensibilização	Mês 3
Início das capacitações presenciais e virtuais (módulo básico)	Mês 3 a 6
Identificação dos servidores em risco e convites para acompanhamento	Mês 4 a 6 (e contínuo)
Acompanhamento individualizado e plantões de orientação financeira	Mês 5 a 10
Avaliação intermediária da ação e ajustes de conteúdo/metodologia	Mês 7
Segunda rodada de capacitações (módulo avançado) e reforço da campanha	Mês 8 a 10
Sistematização dos resultados e elaboração de relatório institucional	Mês 11
Encerramento do ciclo piloto e proposta de institucionalização	Mês 12

Fonte: Elaboração própria (2025).

Para aferir a efetividade da intervenção proposta, serão utilizados indicadores quantitativos e qualitativos, distribuídos de acordo com os quatro eixos principais da ação: capacitação continuada, campanhas de sensibilização, produção de material acessível e mapeamento com apoio especializado.

No eixo da capacitação continuada, os principais indicadores serão: o número de servidores capacitados ao longo do período, a taxa de conclusão por módulo e a média de satisfação dos participantes em relação aos conteúdos, metodologia e aplicabilidade do que foi aprendido.

No eixo das campanhas de sensibilização e comunicação institucional, avaliar-se-á o alcance das publicações em canais oficiais, o número de visualizações e interações recebidas (curtidas, comentários, compartilhamentos, respostas) e a participação efetiva dos servidores em eventos ou ações presenciais de caráter educativo.

Quanto ao eixo de produção e difusão de material didático e informativo acessível, os indicadores incluirão a quantidade total de materiais produzidos e distribuídos (físicos e digitais), o número de acessos ou downloads realizados no ambiente virtual, e a avaliação qualitativa do conteúdo por parte dos servidores, por meio de questionário específico.

No eixo de mapeamento dos servidores em situação de risco financeiro e oferta de apoio especializado, será monitorado o número de servidores formalmente identificados com comprometimento elevado da renda, a quantidade de atendimentos individualizados realizados (presenciais ou virtuais), bem como a variação percentual média do comprometimento após o acolhimento e orientação.

Por fim, serão utilizados indicadores de impacto geral, que permitirão avaliar a efetividade mais ampla da intervenção. Dentre esses, destacam-se: a variação no percentual de servidores com comprometimento superior a 30% ao longo de 12 meses; a redução da reincidência de refinanciamentos em folha de pagamento; e a melhora na percepção subjetiva de controle financeiro, aferida por meio de questionário aplicado ao final do ciclo de intervenção.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar o endividamento dos servidores públicos do Município de Juazeiro/BA, com ênfase no crédito consignado, identificando padrões de comprometimento da renda para propor medidas para mitigar os impactos financeiros sobre essa categoria. O estudo permitiu verificar que, embora a maioria dos servidores mantenha um nível de endividamento dentro de limites considerados saudáveis, há uma parcela significativa que ultrapassa os limites estabelecidos pela regulamentação local, o que os coloca em uma situação de risco financeiro elevado.

Os achados evidenciam que o endividamento é influenciado por fatores como escolaridade, tempo de serviço, cargo ocupado e lotação. Servidores com menor escolaridade e menor remuneração apresentaram maior propensão ao endividamento elevado, possivelmente devido às dificuldades em gerir suas finanças e à necessidade de complementar a renda mensal. Ademais, os servidores com mais tempo de serviço demonstraram maior recorrência ao crédito consignado, sugerindo um ciclo contínuo de endividamento.

Uma limitação relevante desta pesquisa foi a falta de detalhamento das verbas e dos descontos incidentes sobre a remuneração dos servidores. A ausência dessas informações dificultou uma avaliação mais precisa do impacto das dívidas consignadas, considerando que o Decreto nº 741/2023 excluiu várias parcelas da base de cálculo da margem consignável. Isso implica que o quantitativo de servidores com consignados que superam o limite estabelecido pela regulamentação pode ser maior, uma vez que, ao se retirar parcelas remuneratórias da margem consignável, esta tende a reduzir.

Para mitigar os impactos do superendividamento entre os servidores, recomenda-se a implementação de estratégias baseadas nos estudos analisados ao longo da pesquisa. Primeiramente, sugere-se a criação de programas regulares de educação financeira voltados aos servidores, com o objetivo de capacitar os trabalhadores para o planejamento financeiro, gestão de dívidas e alternativas de investimento. Para isso, propõe-se a realização de workshops e palestras com especialistas em finanças, assessoria individualizada para diagnóstico financeiro personalizado, além do desenvolvimento de plataformas digitais interativas que disponibilizem cursos, simuladores e materiais educativos.

A parceria com instituições de ensino e entidades financeiras pode contribuir para fortalecer essas ações, garantindo uma formação continuada e eficaz. Além disso, campanhas institucionais e o uso de estratégias de gamificação podem incentivar a participação dos servidores, tornando o aprendizado mais dinâmico e motivacional.

Além da capacitação financeira, é essencial revisar as políticas de concessão de crédito consignado, objetivando maior controle sobre os limites de comprometimento da renda. Para tanto, recomenda-se a reavaliação periódica da margem consignável, garantindo que a concessão do crédito leve em consideração a realidade financeira dos servidores.

A implementação de limites progressivos pode ajudar a restringir a contratação de novos empréstimos por aqueles que já apresentam alto comprometimento da renda, evitando um endividamento excessivo. Paralelamente, a criação de mecanismos de alerta pode informar os servidores sobre os impactos financeiros antes da contratação de novos créditos, promovendo decisões mais conscientes.

O monitoramento conjunto com instituições financeiras também é necessário para garantir que as diretrizes estabelecidas sejam efetivamente cumpridas, impedindo concessões abusivas ou descontroladas. Outra medida relevante é a implementação de um programa de renegociação de dívidas, voltado para servidores que ultrapassaram os limites de endividamento saudável, possibilitando a concessão de prazos mais longos e taxas de juros reduzidas para aqueles em situação de endividamento crítico.

A parceria com instituições financeiras pode permitir condições diferenciadas para consolidação de múltiplas dívidas em uma única parcela com juros menores. Além disso, é fundamental garantir apoio jurídico aos servidores endividados, fornecendo orientação sobre direitos e alternativas para regularização das finanças pessoais. Para uma gestão mais eficiente desse processo, o desenvolvimento de um sistema de acompanhamento personalizado pode oferecer suporte contínuo aos servidores, garantindo que cada caso seja tratado de forma individualizada e eficiente.

Por fim, recomenda-se a criação de um mecanismo de monitoramento contínuo do endividamento, permitindo a identificação precoce de padrões de endividamento crítico e a oferta de suporte especializado. Para isso, sugere-se a elaboração de um índice de vulnerabilidade financeira, que classifique os servidores de acordo com seu nível de endividamento e defina ações preventivas.

Acompanhamentos trimestrais podem permitir a identificação de tendências de endividamento e fornecer alertas sobre riscos potenciais. Um canal de atendimento financeiro pode ser implementado para que os servidores busquem esclarecimentos e recebam orientações sobre sua situação econômica. Além disso, a parceria com especialistas em finanças pode garantir suporte técnico, ajudando os servidores a tomarem decisões mais seguras sobre o uso do crédito.

A análise realizada contribui para uma melhor compreensão do endividamento dos servidores públicos municipais e destaca a necessidade de intervenções eficazes para garantir a sustentabilidade financeira desses trabalhadores. A continuidade dos estudos é essencial para aprofundar a compreensão das dinâmicas do endividamento e para a formulação de políticas públicas que promovam uma gestão financeira mais equilibrada e responsável. Sugere-se que futuras pesquisas explorem o tema sob uma perspectiva qualitativa, por meio de entrevistas e grupos focais, a fim de identificar outras variáveis subjetivas relacionadas ao endividamento dos servidores.

Aspectos como influências comportamentais, nível de bem-estar financeiro e impactos psicossociais do endividamento poderiam ser analisados em profundidade, contribuindo para um entendimento mais holístico da questão. Além disso, investigações sobre a efetividade das iniciativas de educação financeira e renegociação de dívidas no longo prazo seriam valiosas para embasar políticas públicas mais eficientes e direcionadas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Hélio Heron da Silveira. **O endividamento do servidor público no Brasil**: o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

AKERLOF, G. A. The Market for "Lemons": Quality Uncertainty and the Market Mechanism. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 84, n. 3, p. 488-500, 1970. Disponível em: https://www.sfu.ca/~wainwrig/Econ400/akerlof.pdf. Acessado em: 11 dez. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Série cidadania financeira**: estudos sobre educação, proteção e inclusão. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/serie_cidadania/serie_cidadania_financeira_8_endividamento_risco_2ed.pdf. Acessado em: 01 fev. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Nota à imprensa**. Brasília: Banco Central do Brasil, 27 jan. 2025. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasmonetariascredito. Acesso em: 6 mar. 2025.

BAPTISTA, Anneliza. **Endividamento e cultura de consumo entre servidores públicos**. 2022. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

BARREIRA, Natacha Medeiros**. Os determinantes do endividamento por meio de empréstimo consignado de educadores e servidores do poder judiciário do executivo estadual cearense**. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza

BERNANKE, Ben; GERTLER, Mark; GILCHRIST, Simon. The financial accelerator and the flight to quality. **The Review of Economics and Statistics**, v. 78, n. 1, p. 1-15, 1996. Disponível em: https://users.ssc.wisc.edu/~mchinn/restat_96.pdf. Acessado em: 3 dez. 2024.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Editora, 1994.

BOLADE, Geisianne Aparecida. O Superendividamento do Consumidor como um Problema Jurídico-Social. **ANIMA**: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano III, nº 8, p. 180-209, jul/dez. 2012. Disponível em: https://www.opet.com.br/faculdade/revista-anima/pdf/anima8/9-O-Superendividamento-do-Consumidor-como-um-Problema-Juridico-Social.pdf. Acessado em: 05 jan. 2025.

BRASIL, Cristina Indio. Pesquisa mostra que 78,5% das famílias brasileiras estão endividadas. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, jul. 20203. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-07/pesquisa-mostra-que-785-das-familias-brasileiras-estao-endividadas. Acessado em: 27 jan. 2024.

BROWN, Sarah; TAYLOR ,Karl; WHEATLEY, Stephen. Price Debt and distress: Evaluating the psychological cost of credit. **Journal of Economic Psychology**, Volume 26, ed. 5, out. 2005, Pages 642-663. Disponível em: https://www-sciencedirect-

com.ez21.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S0167487005000103?via%3Dihub. Acessado em: 10 fev. 2025.

CARDOSO, Richard. **Crédito consignado e o endividamento dos servidores públicos**. 2024. Dissertação (Mestrado em Finanças) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

CARVALHO, Eduarda Martins. **Superendividamento do consumidor brasileiro como a consequência da falta de educação financeira**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2023.

CARVALHO, Helder Araujo de; SOUSA, Felipe Gerhard Paula; FUENTES, Verónica Ligia Peñaloza. Representação social do endividamento individual. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 1, p. 100-115, 2017. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/4417/441750483007.pdf. Acessado em 23 fev. 2025.

CLEVELAND, W. S. **Visualizing Data**. Hobart Press, 1993.

COLLARES, Cristiane Lorenzetti. **Endividamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas do poder executivo do estado do Ceará com empréstimos consignados**. 2019. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza

COSTA, Giovani. **Padrões de consumo e endividamento dos servidores públicos no Brasil**. 2023. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

DISNEY, Richard; GATHERGOOD, John. Financial literacy and consumer credit portfolios. **Journal of Banking & Finance**, v. 37, p. 2246-2254, 2013. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0378426613000381?via%3Dihub. Acessado em: 30 nov. 2024.

DOMINGOS, Reinaldo Aparecido. Educação financeira: uma ciência comportamental. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, *[S. l.]*, v. 3, n. 4, p. e341217, 2022. Disponível em: https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1217. Acessado em 7 jan. 2025.

DOMINGUES, João Paulo Telini. **Educação financeira**: um estudo do nível de alfabetização financeira dos servidores docentes do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá/MG.

FERNANDES, Ana Emília Gomes; BASSETTO, Camila Fernanda. Endividamento e políticas públicas: reflexos e reflexões da década dourada brasileira. **Contribuciones a las ciencias sociales**, *[S. l.]*, v. 16, n. 9, p. 16496–16514, 2023. Disponível em: https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/2166. Acessado em: 10 mar. 2024.

FERREIRA, Hugo Lucindo; ANDRADE JUNIOR, Daniel Luiz Igrejas; PIVA, Thais Azzolini. Influência do desempenho esportivo e da adesão ao Profut no nível de endividamento de clubes de futebol no Brasil. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism**

Review, *[S. l.]*, v. 12, n. 1, p. 88–111, 2023. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/podium/article/view/e20393. Acessado em: 10 mar. 2024.

FIELD, Andy. **Discovering statistics using SPSS**. 3. ed. London: SAGE Publications, 2009.

FLORES, S. A. M; VIEIRA, K. M.; CORONEL, D. A. Influência de fatores comportamentais napropensão do endividamento. **Revista de Administração Faces Journal**. Belo Horizonte, v.12, n. 2, p. 13-35, abr/jun. 2013. Disponível em: http://revista.fumec.br/index.php/facesp/article/view/808. Acessado em: 01 dez. 2023.

GALEANO, Edileuza Vital; FEIJÓ, Carmem. Crédito e crescimento econômico: evidências a partir de um painel de dados regionais para a economia brasileira nos anos 2000. **Revista Econômica do Nordeste**, *[S. l.]*, v. 43, n. 2, p. 201–220, 2016. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/213. Acessado em: 10 dez. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Clayrtha Raissa; PEREIRA, Paulo Sérgio Velten. Superendividamento e Direitos Fundamentais: Lei n° 14.181/2021 e o Direito ao Mínimo Existencial. **Revista de Direito, Globalização e Responsabilidade nas Relações de Consumo**, *[S. l.]*, v. 7, n. 2, p. 61 –83 Jul/Dez. 2021. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/revistadgrc/article/view/8247/pdf. Acessado em: 10 mar. 2024.

GONÇALVES, Guilherme Campos. **Endividamento pessoal**: uma análise a partir da utilização do crédito consignado por servidores públicos. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Brasília, Brasília.

GREGÓRIO, Daniely Cristina da Silva; TEIXEIRA, Rodrigo Valente Giublin. Análise da (In)Aplicabilidade da Prática Conciliatória Judicial nos Termos Previstos na Lei do Superendividamento. **Revista Direitos Culturais**, Santo Ângelo, v. 18, n. 46, p. 51-65, set./dez. 2023. Disponível em: https://san.uri.br/revistas/index.php/direitosculturais/article/view/1444/715. Acessado em: 10 mar. 2024.

GATHERGOOD, John. Self-control, financial literacy and consumer over-indebtedness. **Journal of Economic Psychology**, University of Nottingham, 2011. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1873369. Acessado em: 12 dez. 2024.

HAIR, J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HÖHER, Ricardo; SOUZA, Osmar Tomaz. de; FOCHEZATTO, Adelar. Relação Entre Cooperativismo Financeiro e Crédito Rural Com o PIB Gaúcho: Uma Análise Espacial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, *[S. l.]*, v. 16, n. 2, 2020. Disponível em: https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5514. Acessado em: 10 dez. 2023.

LEÃO, Ana Paula Camboim. **Impactos do crédito consignado no orçamento dos servidores públicos: uma análise empírica**. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

LEÃO, Ana Paula Camboim. **Empréstimos consignados e endividamento, uma estreita relação entre o(a)s servidore(a)s público(a)s técnicos-administrativos em educação**. 2016. 184 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. Disponível em: http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/6188. Acessado em: 14 mar. 2024.

LEÃO, Ana Paula Camboim; FERNANDES, Raquel de Aragão Uchoa; MARTINS, Marcelo Machado. Empréstimos consignados e endividamento familiar: estudo junto a servidores/as públicos/as federais em Pernambuco. **Locus**, Repositório Institucional da Universidade Federal de Viçosa. 2016. Disponível em: https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/13862/1/296-1429-1-PB.pdf. Acessado em: 03 fev. 2024

LOBÃO, Carlos David de Carvalho. Cálculo das Perdas Salarias Docentes (EBTT) e Técnico-Administrativos (PCCTAE). **SINAFESE**, 2021. Disponível em: https://sinasefe.org.br/site/download/perdas-salariais-de-docentes-carreira-ebtt-e-tecnico-administrativos-carreira-pcctae-de-01-07-2010-ate-31-12-2021/. Acessado em: 23 abr. 2024.

LIRA, Caetano Correia. **Crédito consignado**: cenários no Brasil e diagnóstico na UFPE (2010 a 2012). Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Federal de Pernambuco. 2014.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. **Journal of Economic Literature**, vol. 52, nº. 1, (p. 5–44), mar. 2014. Disponível em https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jel.52.1.5. Acessado em 10 dez. 2024.

MELTZER, Howard, *et al*. The relationship between personal debt and specific common mental disorders. **European Journal of Public Health**, volume 23, ed. 1, fev. 2013, Pages 108–113. Disponível em: https://academic.oup.com/eurpub/article/23/1/108/464719?login=true. Acessado em: 10 fev. 2025.

Mishkin, Frederic S. **The Economics of Money, Banking, and Financial Markets**. 4th Canadian ed. Pearson, 2011.

OLIVEIRA, Giovani Costa de. Finanças pessoais e qualidade de vida no trabalho dos servidores: um estudo aplicado a uma instituição federal de ensino. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

PEREIRA, Ronei Mendes. **Empréstimo consignado no âmbito da secretaria de estado da educação do distrito federal**: características e desafios da educação financeira. 2020. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília. Brasília/DF.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública**. Revista de Saúde Pública**, v. 29, n. 4, p. 318–325, ago. 1995. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/fF44L9rmXt8PVYLNvphJgTd/abstract/?lang=pt. Acessado em: 12 jan. 2024.

PORTO, Elisabete Araújo. **Evolução do crédito pessoal no Brasil e o superendividamento do consumidor aposentado e pensionista em razão do empréstimo consignado**. Dissertação (Mestrado em ciências Jurídicas). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2014.

PRADO, Marina Bagatin de Souza Moreira do. **Endividamento familiar**: um estudo de caso com os servidores públicos da Universidade Federal do Paraná. 2022. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações, Liderança e Decisão) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR.

PRADO, Marina Bagatin de Souza Moreira do. **Educação financeira e o endividamento dos servidores públicos federais**. 2023. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

REINHART, Carmen M.; ROGOFF, Kenneth S. **This Time is Different: Eight Centuries of Financial Folly**. Princeton University Press, 2009.

RENZI, Adriano; PAULA, Amarildo de; PARRÉ, José Luiz; PIACENTI, Carlos Alberto. Crescimento Econômico nos Municípios do Paraná-Brasil: Uma Análise com Econometria Espacial. **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**, *[S. l.]*, n. 61, p. 151–167, 2022. Disponível em: https://www.review-rper.com/index.php/rper/article/view/537. Acessado em: 20 jan. 2024.

RICHARDSON, Thomas; ELLIOTT, Peter; ROBERTS, Ronald. The relationship between personal unsecured debt and mental and physical health: A systematic review and meta-analysis. **Clinical Psychology Review**, Volume 33, ed. 8, dez. 2013, Pages 1148-1162. Disponível em: https://www-sciencedirect-com.ez21.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S0272735813001256?via%3Dihub. Acessado em: 10 fev. 2025.

SCHUH, Aline Beatriz; CORONEL, Daniel Arruda; BENDER FILHO, Reisoli. Payroll Loans and it's Relationship With the Aggregate Economic Activity (2004-2014). **Revista de Administração Mackenzie (Mackenzie Management Review)**, São Paulo, vol. 18, p. 148-173, jan./feb. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ram/a/vw7JyQKXPRCzmnwJD7zBgpB/?lang=en&format=pdf. Acessado em: 10 jan. 2024.

SILVA, Juliana Marçal da. **Crédito consignado**: perfil dos servidores da UFRPE e a propensão ao risco de endividamento. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVA, Juliana Marçal da; MACEDO, Marcos R. G. de O. Crédito consignado e o risco de endividamento: Perfil dos servidores e diagnostico na Universidade Federal Rural de Pernambuco UFRPE. **Revista dos Mestrados Profissionais – RMP**. Recife, vol. 10, n. 1, 44-66, maio. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/RMP/article/view/246021/39501. Acessado em 22 dez. 2023.

SILVA, Romário Queiroz da Silva e; RODRIGUES, Carlos Júnior Amaral; REGO, Ihgor Jean. Superendividamento e Seus Efeitos Sociais: Prevenção e Tratamento a Partir das Alterações do Código de Defesa do Consumidor. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, *[S. l.]*, v. 9, n. 5, p. 645–667, 2023. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/9798. Acessado em: 10 mar. 2024.

SOUZA, Cristina Pereira de; *et al.* Educação Financeira com Idosos: um Relato de Experiência Desenvolvido Pelo Núcleo de Apoio ao Superendividado de Canoas. **Revista Prâksis**, *[S. l.]*, v. 2, p. 290–307, 2023. Disponível em: https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/3379. Acessado em: 27 jan. 2024.

SOUZA, Eliane Alves de. A educação financeira contra a armadilha do endividamento dos funcionários públicos pelo empréstimo consignado. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, *[S. l.]*, v. 10, n. 3, p. 1014–1027, 2024. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/13185. Acessado em: 23 abr. 2024.

STIGLITZ, Joseph E.; WEISS, Andrew. Credit Rationing in Markets with Imperfect Information. **The American Economic Review**, v. 71, n. 3, 1981. Disponível em: https://pages.ucsd.edu/~aronatas/project/academic/Stiglitz%20credit.pdf. Acessado em 03 dez. 2024.

SWEET, Elizabeth; *et al*. The high price of debt: Household financial debt and its impact on mental and physical health. **Social Science & Medicine**, Volume 91, ago. 2013, Pages 94-100. Disponível em: https://www-sciencedirect-com.ez21.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S0277953613002839?via%3Dihub. Acessado em: 10 fev. 2025.

TEMPONE, Priscila Cruz. **Endividamento pessoal: uma análise sob a ótica de consignações na remuneração do servidor público militar**. 2024. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade de Brasília, Brasília.

TEMÓTEO, Antônio. Servidores públicos estão cada vez mais endividados**. Correio Braziliense**, 19 jul. 2018. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/07/19/internas_economia%2C695866/servidores-publicos-estao-cada-vez-mais-endividados.shtml. Acessado em: 10 fev. 2024.

TRAIN, Emanuella Thais dos Santos; *et al*. O superendividamento do consumidor - à luz da lei 14.181/2021. **Revista Multidisciplinar do UniSantaCruz**, Curitiba, v.1, n.3, p. 584-606, 2023. Disponível em: https://unisantacruz.edu.br/revistas/index.php/revmulti/article/view/337/324. Acessado em: 10 jan. 2024.

VAIS, Dominique Junior; CARVALHO, Franciana dos Santos. Educação Financeira nas Escolas. **Revista Científica Multidisciplinar**, [*S. l.*], v. 4, n. 9, p. e493967, 2023. Disponível em: https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3967. Acessado em: 10 mar. 2024.

VÉRAS, D. B. Pandemia e crescimento econômico chinês: novos pretextos para a velha sinofobia. **Ideias**, *[S. l.]*, v. 14, p. 01-26, 2023. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8671825. Acessado em: 15 fev. 2024.

VIANA, Sandro Roberto Rodrigues. **Crédito consignado e endividamento dos servidores técnico-administrativos**: uma análise econômica da situação da universidade de Brasília. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília.

VIEIRA, Erasmo G. Fonseca; KILIMNLK, Zélia Miranda; SANTOS NETO, Silvino Paulino dos. Qualidade de vida e endividamento: Estilos de vida associados ao descontrole financeiro e consequências na vida pessoal e profissional. **REUNA**, Belo Horizonte/MG, Brasil, v.21, n.2, p.23-62, abr. – jun. 2016. Disponível em: https://reuna.emnuvens.com.br/reuna/article/view/784. Acessado em 11 fev. 2025.

VILELLA, Ana Luiza de Castro; *et al.* Análise acerca dos impactos do empréstimo consignado no orçamento familiar e o óbice do superendividamento. **Revista Vianna Sapiens**, *[S. l.]*, v. 14, n. 2, p. 27, 2023. Disponível em: https://www.viannasapiens.com.br/revista/article/view/934. Acessado em: 10 mar. 2024.